

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

ALTERAÇÕES CONTABILÍSTICAS E A REEXPRESSÃO DAS CONTAS

Telmo Filipe Vilhena de Matos

Relatório de Estágio

Mestrado em Gestão Empresarial

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Orientação Interna:

Prof. Doutora Cristina Viegas

Orientação externa:

Dr. Vítor Cordeiro

FARO, 2013

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

ALTERAÇÕES CONTABILÍSTICAS E A REEXPRESSÃO DAS CONTAS

Telmo Filipe Vilhena de Matos

Relatório de Estágio

Mestrado em Gestão Empresarial

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Orientação Interna:

Prof. Doutora Cristina Viegas

Orientação externa:

Dr. Vítor Cordeiro

FARO, 2013

Relatório de estágio apresentado como conclusão do estágio curricular do Mestrado em Gestão Empresarial da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Entidade que concedeu o estágio:

Administração do Porto de Sines, S.A.

Departamento:

Direção Financeira e Económica

Período:

18/02/2013 a 01/07/2013

***RELATÓRIO DE ESTÁGIO:ALTERAÇÕES CONTABILÍSTICAS E A
REEXPRESSÃO DAS CONTAS***

Mestrado em Gestão Empresarial

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Telmo Filipe Vilhena de Matos

.....

(assinatura)

Direitos de cópia ou Copyright

© **Copyright:** Telmo Filipe Vilhena de Matos

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

“O Homem é do tamanho do seu sonho.”

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Num processo longo e nem sempre fácil, como é a realização de um estágio curricular e do respetivo relatório, importa destacar aqueles que contribuíram para que esta oportunidade me fosse concedida e, posteriormente, pelo apoio técnico e incentivo durante o estágio e na elaboração do relatório.

Ao orientador interno, Doutora Cristina Viegas que apesar da distância sempre esteve disponível para me ajudar e orientar.

Ao orientador externo, Doutor Vítor Cordeiro que me ajudou na adaptação a uma nova realidade, que me orientou em termos de trabalho e na elaboração do relatório. Ao não menos importante, Doutor Paulo Silva, responsável pelo Controlo Orçamental e Fundos Comunitários, pois sempre me aconselhou, ao longo do período de estágio, com o intuito de melhorar a minha performance profissional.

A todos os funcionários da Direção Financeira e Económica do Porto de Sines que me acolheram com grande carinho e que tornaram, sem dúvida, esta passagem pela empresa muito agradável e enriquecedora. À Direção de Recursos Humanos que tratou de todo o meu processo junto da Universidade do Algarve e me deu esta oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos meus amigos de sempre, pela amizade e disponibilidade para me ouvir e motivar.

Ao meu irmão, pela camaradagem, pelo apoio e amizade.

E como os últimos são os primeiros, aos meus pais pela compreensão, apoio, motivação, por sempre terem acreditado em mim e terem apoiado as minhas decisões.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

A estrutura curricular dos Mestrados da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve permite que os alunos conclua o grau de Mestre através da realização de um estágio curricular. Nesse sentido, foi proposto à Universidade do Algarve e à empresa Administração do Porto de Sines, S.A. que dessem ao aluno a oportunidade de ganhar alguma experiência profissional e ao mesmo tempo concluir o Mestrado em Gestão Empresarial.

O estágio de duração pouco superior a quatro meses, concretamente 644 horas, teve início a 18 de fevereiro de 2013 e fim a 01 de julho de 2013, sendo todo ele passado na Direção Financeira e Económica. Com base no estágio, é apresentado o respetivo relatório, permitindo expor os principais conhecimentos adquiridos e atividades desenvolvidas na empresa de acolhimento.

Após uma breve introdução da empresa, irão ser abordadas as temáticas dos bens reversíveis e a reexpressão de alguns valores relativos a 2011, tornando-os comparáveis ao exercício de 2012 (tendo por base a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4). De seguida e tendo em conta os principais indicadores económico-financeiros utilizados pela empresa, é apresentada a sua análise, antes e após a reexpressão das contas de 2011.

Por fim é analisada a alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida promovida pela Comissão de Normalização Contabilística.

Palavras-chave: Bens Reversíveis, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4, Indicadores Económico-financeiros, Registos Relacionados com Subsídios

Abstract

The Master's structure of the Faculty of Economics from University of Algarve allows students to complete a master's degree through the completion of an internship. It was accordingly decided to propose to the University of Algarve and the company directors of Administração do Porto de Sines, S.A. to give to the student the opportunity to gain some work experience while completing the Master in Business Management.

The internship lasting just over four months, namely 644 hours, began on February 18 of 2013 and ending on July 1 of 2013, all spent on Financial Management and Economic department. Based on the internship, is presented the report, allowing to describe the main activities and the knowledge acquired in the host company.

After a brief introduction of the company, the student will explain the themes of the reversible assets and the reexpression of some values related to 2011, with the goal of making them comparable to the year of 2012 (based on Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4). Then, taking into account the main economic and financial indicators used by the company, their analysis is presented, before and after the reexpression of 2011.

Finally it is analyzed the amendment of records related to non-refundable grants related to depreciable tangible assets and intangible assets with definite useful life, promoted by the Comissão de Normalização Contabilística.

Keywords: Reversible Assets, Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4, Economic and Financial Indicators, Records Related with Grants

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	VI
Resumo	VII
<i>Abstract</i>	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIII
Capítulo 1 – INTRODUÇÃO	1
Capítulo 2 – REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1 A Contabilidade e o Sistema de Normalização Contabilística.....	4
2.1.1 A Contabilidade.....	4
2.1.2 O Sistema de Normalização Contabilística e os seus benefícios	5
2.2 Os contratos de concessão e os bens reversíveis.....	7
2.2.1 Os contratos de concessão	7
2.2.2 Os bens reversíveis	8
2.3 A reexpressão das contas	9
2.4 Indicadores económico-financeiros	11
2.5 Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida	12
2.5.1 Subsídios do Governo.....	12
2.5.2 Os subsídios relacionados com ativos originam passivos por impostos diferidos?	14
Capítulo 3 – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES S.A.....	16
3.1 Apresentação e atividade.....	16
3.2 Organograma.....	17
3.3 Localização	18
3.4 Infraestruturas Portuárias	19
3.5 Porto de Sines atualmente	21
Capítulo 4 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS..	23
4.1 Bens Reversíveis	23
4.1.1 Os bens que reverterem para o concedente no final dos contratos de concessão	23
4.1.2 Registo contabilístico	26
4.1.3 Principais impactos.....	28

4.2 Reexpressão das contas	31
4.2.1 Impacto da Reexpressão nos indicadores económico-financeiros	33
4.3 Alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida.....	37
Capítulo 5 – BALANÇO CRÍTICO DA ATIVIDADE REALIZADA.....	45
Capítulo 6 – CONCLUSÃO	48
Bibliografia	52
Anexos	55
Anexo 1: FAQ 13	55
Anexo 2: Reexpressão do Balanço.....	60
Anexo 3: Reexpressão da Demonstração de Resultados.....	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1: Subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos.....	13
Figura 3.1: Organigrama APS	17
Figura 3.2: Localização do Porto de Sines	18
Figura 3.3: Terminal Granéis Líquidos de Sines	19
Figura 3.4: Terminal Petroquímico.....	19
Figura 3.5: Terminal Multipurpose de Sines	20
Figura 3.6: Terminal de Gás Natural Liquefeito	20
Figura 3.7: Terminal XXI.....	20
Figura 3.8: Porto de Pesca	21
Figura 3.9: Porto de Recreio.....	21
Figura 4.1: Demonstração de Resultados APS a 31-12-2012.....	28
Figura 4.2: Balanço APS a 31-12-2012.....	30

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1: Principais diferenças entre o SNC e o POC.....	6
Tabela 4.1: Contratos com potencial reversão.....	25
Tabela 4.2: Valores a registar	26
Tabela 4.3: Ajustes ao Balanço em 1 de janeiro de 2011	32
Tabela 4.4: Indicadores económico-financeiros antes e após a reexpressão	33
Tabela 4.5: Impostos diferidos passivos, antes da alteração – valores de 2012	42
Tabela 4.6: Impostos diferidos passivos e rubrica de Outros devedores, após alteração – valores de 2012	43

LISTA DE ABREVIATURAS

- APP** – Associação dos Portos de Portugal
- APS** – Administração do Porto de Sines
- CNC** – Comissão de Normalização Contabilística
- DFE** - Direção Financeira e Económica
- DFE/AP** - Direção Financeira e Económica / Aprovisionamento e Património
- DFE/CO** - Direção Financeira e Económica / Contabilidade
- DFE/OF** – Direção Financeira e Económica / Controlo orçamental e Fundos comunitários
- FEUALG** – Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
- IAS** - International Accounting Standards
- IASB** – International Accounting Standards Board
- IFRIC** – International Financial Reporting Interpretations Committee
- IFRS** - International Financial Reporting Standards
- IRC** – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
- NCRF** – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- PMP** – Prazo Médio de Pagamentos
- POC** – Plano Oficial de Contas
- PWC** - PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda
- ROC** – Revisor Oficial de Contas
- SNC** – Sistema de Normalização Contabilística
- TGLS** – Terminal de Granéis Líquidos de Sines
- TGLN** – Terminal de Gás Natural Liquefeito
- TMS** – Terminal Multipurpose de Sines
- TPQ** – Terminal Petroquímico
- TXXI** – Terminal XXI ou Contentores

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

De forma a concluir a unidade curricular do segundo ano do Mestrado em Gestão Empresarial da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (FEUALG), foi realizado durante 644 horas, com início a 18 de fevereiro de 2013 e final a 01 de julho de 2013, um estágio curricular na empresa Administração do Porto de Sines, S.A. (APS), sendo realizado no horário compreendido entre segunda-feira e sexta-feira, das 09:00h às 17:00h.

O ano de 2012 foi o melhor ano de sempre para a APS, reforçando, deste modo, o papel do Porto de Sines como um dos pólos mais dinamizadores da região em que está inserido e tornando-o num dos portos mais competitivos a nível europeu.

O estagiário esteve inserido na empresa durante um período onde era bastante discutida a incorporação dos bens pertencentes aos concessionários, mas que no final do contrato de concessão irão reverter para a APS. Com o intuito de ajudar na análise destes bens e na sua incorporação na contabilidade da empresa, o estagiário desenvolveu um trabalho de pesquisa e estudo, tendo sempre como objetivo a eficácia profissional. Sendo este um tema a nível nacional, pois foi uma questão posta na maioria dos Portos de Portugal, julgou-se de grande importância e interesse o estudo dos bens reversíveis. Esta grande alteração contabilística levou a que se reexpressassem os valores de 2011, de modo a torna-los comparáveis com os valores de 2012. Esta reexpressão foi acompanhada pelo estagiário, que produziu uma análise aos principais indicadores económico-financeiros antes e após a reexpressão.

Mais tarde e ainda durante o período de estágio, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) decidiu alterar os registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida. Esta alteração foi estudada com o objetivo, mais uma vez, de apoiar da melhor forma os profissionais da APS que se dedicaram a esta alteração.

As principais motivações que levaram à realização deste estágio foram poder estar inserido numa empresa de grande dimensão como é a APS, pois é de grande relevância iniciar a carreira profissional no melhor ambiente possível. A possibilidade de ser orientado por excelentes profissionais, também foi um fator extra de motivação.

Os objetivos gerais do estágio prenderam-se sobretudo pela consolidação e aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do mestrado nas diversas unidades curriculares, isto é, que o aluno fosse capaz de se adaptar de forma correta e profissional em contexto real de trabalho.

O aluno pretendia ainda desenvolver as suas aptidões tendo por base hábitos saudáveis na relação com colegas de trabalho e superiores hierárquicos, sendo essas relações baseadas no respeito e na entreajuda. Pretendia de igual modo desenvolver a sua capacidade de iniciativa, o seu dinamismo e a sua capacidade de resolução de problemas.

Mais especificamente, o objetivo era desenvolver as suas aptidões em termos de contabilidade, participando ativamente na realização diária das atividades contabilísticas, bem como, participar na elaboração de relatórios de gestão mensais e trimestrais, ajudar na elaboração do Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2012 e do Relatório de Sustentabilidade do mesmo exercício.

A estrutura do relatório, para além do índice, dos resumos em português e inglês, da bibliografia, dos anexos e do presente capítulo, divide-se em mais cinco capítulos.

- Capítulo 2: Este capítulo contém uma revisão bibliográfica, onde são citados autores e obras relevantes para a realização do relatório e das tarefas diárias na empresa;
- Capítulo 3: Incide sobre a apresentação da Instituição, a sua localização, atividade, estrutura, a descrição dos terminais e um breve resumo do que é o Porto de Sines atualmente, sem esquecer das suas potencialidades para o futuro. As informações presentes neste capítulo foram fornecidas pela empresa, sendo

que parte substancial dessa informação está disponível para consulta pública no seu sítio na internet;

- Capítulo 4: Efetua uma descrição, devidamente suportada numa adequada fundamentação técnico-científica, das principais atividades desenvolvidas durante o estágio em questão.

Os temas abordados, como já referido, foram a problemática da incorporação dos bens reversíveis, questão que levou a que, com base na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 4, se reexpressassem as contas relativas ao ano de 2011, de maneira a torná-lo comparável ao seguinte exercício (ano de 2012). Tendo em conta a reexpressão foi feita uma análise económico-financeira dos valores antes e após a reexpressão.

Por fim foram analisados os impactos da alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida;

- Capítulo 5: O capítulo cinco compreende um balanço crítico da atividade realizada, sendo importante a focalização no que correu bem, ou menos bem durante a realização do estágio;
- Capítulo 6: Por fim, o capítulo da conclusão contém as análises das expectativas, se estas foram atingidas, se os objetivos foram cumpridos e se o estágio foi benéfico para o aluno.

Capítulo 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Contabilidade e o Sistema de Normalização Contabilística

2.1.1 A Contabilidade

A Contabilidade tem como principal função o apoio nas tomadas de decisões por parte dos gestores das entidades. Os relatórios que a Contabilidade apresenta espelham a situação financeira da empresa, os seus direitos e obrigações. Consequentemente, os benefícios de uma contabilidade organizada são inúmeros, sendo que o principal será, a ajuda no controle de gastos/rendimentos, com o objetivo do adequado estabelecimento das metas a atingir. De acordo com Otley e Berry (1994) a informação que a contabilidade fornece, proporciona uma janela pela qual são monitorizadas as atividades reais das organizações.

Para Silva, E.P. e Silva, A.C.P. (2011: 23):

“O objetivo da contabilidade é fornecer informação de natureza económica e financeira a utilizadores internos e externos à entidade. Para isso, coleta os dados económicos, avalia-os em unidades monetárias, regista-os e sumaria-os em relatórios para serem comunicados e poderem contribuir para a tomada de decisões.”

A Contabilidade Financeira tem por principal objetivo a elaboração e comunicação das informações económicas de uma entidade, sendo estas dirigidas a um público externo, como acionistas, credores, entidades reguladores e autoridades governamentais, e também a um público interno, como os seus funcionários, dirigentes intermédios e executivos (Atkinson, Banker, Kaplan e Young, 2000).

Contudo, e para Roberts e Scapens (1985), a imagem das entidades que é dada através da contabilidade focaliza-se num determinado ponto de vista, num determinado ponto no tempo, podendo, deste modo, deturpar o fluxo dos acontecimentos e práticas que se pretende analisar.

2.1.2 O Sistema de Normalização Contabilística e os seus benefícios

De acordo com a evolução vivida nas últimas décadas, face à crescente globalização que se faz sentir na maioria dos países e a consequente alteração da conjuntura económica, no caso específico de Portugal, o Plano Oficial de Contas (POC) revelou-se insuficiente para fazer frente às exigências de relato financeiro, pois apresenta uma certa “pobreza” técnica no que respeita a critérios conceptuais de reconhecimento e mensuração. Consequentemente surgiu a necessidade de adotar um novo modelo de normalização contabilística (Ferreira, Cravo e Azevedo, 2012).

De acordo com Oliveira, Sousa e Teixeira (2010) o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) surge derivado a uma necessidade de normalização contabilística comunitária e vem atualizar o sistema anterior (POC), que tardava em reconhecer atualizações que acompanhassem a evolução económica. O SNC trouxe inúmeras e significativas alterações contabilísticas e por isso, como é natural, trouxe também um vasto número de críticas.

O SNC pretende-se no rumo da modernização empreendida pela União Europeia e visa assegurar a conformidade com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O SNC apresenta uma dimensão mais teórica, tornando-o, naturalmente, mais difícil. Este novo normativo, inspirado num sistema anglo-saxónico, tem por principal objetivo fornecer informação relevante e fiável aos mercados de capitais e não está tanto virado para atender às preocupações patrimoniais e de natureza fiscal, como era tradição no POC (Pires, 2009).

Para Franco e Roque (2010) as diferenças entre o POC e o SNC são substanciais, não só do ponto de vista operacional, mas também ao nível de conceitos e definições. Este novo modelo é baseado em princípios e não em regras, indo ao encontro do modelo do IASB, adaptado pela União Europeia, mas garantindo a comparabilidade com as diretivas contabilísticas comunitárias.

Para uma melhor compreensão, é apresentada a Tabela 2.1, onde estão resumidas as principais diferenças entre o SNC e o POC.

Tabela 2.1: Principais diferenças entre o SNC e o POC

SNC	POC
<p>No SNC o conjunto de demonstrações Financeiras inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Balanço; • Demonstração de Resultados por natureza (e por funções, se achar necessário); • Demonstração de alteração no Capital Próprio; • Demonstração de fluxos de caixa – método direto; • Anexo. 	<p>No POC o conjunto de demonstrações Financeiras inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Balanço • Demonstração de resultados por natureza e por funções; • Demonstração de fluxos de caixa – método direto ou indireto (com o respetivo anexo); • Anexo <p>Possibilidade de algumas entidades não apresentarem Demonstração de Resultados por funções e Demonstração de Fluxos de Caixa.</p>
Itens do Balanço distinguidos entre correntes e não correntes.	Itens do Balanço classificados atendendo à sua liquidez e exigibilidade.
Demonstração de Resultados sem itens extraordinários.	Possibilidade de existir itens extraordinários na Demonstração de Resultados.
A correção dos erros é efetuada através da reexpressão da informação comparativa	Correção dos erros é efetuada através da rubrica de Capital Próprio: Resultados Transitados.
Nível de exigência e detalhe nas divulgações é elevado.	Nível de exigência e detalhe nas divulgações é moderado.
Os subsídios para investimentos são reconhecidos no Capital Próprio	Os subsídios para investimentos são apresentados separadamente no Passivo.
Não é permitida a utilização do LIFO (<i>Last In First Out</i>) como fórmula de custeio das existências.	É permitida a utilização do LIFO (<i>Last In First Out</i>) como fórmula de custeio das existências.
Existe uma nova categoria, denominada de Ativos Biológicos.	Não prevê nenhuma categoria denominada de Ativos Biológicos.

Fonte: Deloitte (2009)

Este novo modelo foi aprovado em Conselho de Ministros a 23 de abril de 2009, entrando em vigor no dia 1 de janeiro de 2010.

As NCRF assumem um papel fundamental neste novo normativo, pois é aqui que se encontram os princípios a aplicar e as formas como deverão ser contabilizados os factos patrimoniais (Franco e Roque, 2010).

A entrada em vigor do SNC, pouco detalhado sobre a matéria dos bens adquiridos ou construídos por concessionários de que no final dos contratos revertam para os concedentes, levou que a APS e o Revisor Oficial de Contas (ROC) tivessem diferentes interpretações no que respeita ao registo ou não dos bens em questão.

2.2 Os contratos de concessão e os bens reversíveis

2.2.1 Os contratos de concessão

Para Soares (2013) têm surgido com abundância agentes privados a prestarem serviços públicos mediante um vínculo contratual, que na maior parte das vezes é denominado por contrato de concessão. Isto quer dizer que, os consumidores passam a agir diretamente com o agente privado, ficando o agente público com a função de regular esse serviço, traçando os critérios de qualidade, prevenindo e reprimindo a prática de infrações, entre outros.

A APS, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tem vindo a alterar, ao longo dos anos, o seu modelo de gestão portuária, afastando-se da área operacional, com a concessão das infraestruturas portuárias a agentes privados.

Mais especificamente, de acordo com Rocha (2012), os três principais tipos de concessão nos Portos são:

- Concessão de obras públicas: é atribuído a um agente privado o direito de construir uma obra pública e de a explorar durante um determinado período de

tempo. Findo o tempo de utilização, os bens reverts para a concedente livre de quaisquer obrigações e encargos;

- Concessão de uso privativo de domínio público: É atribuída uma parcela dominial a um agente económico privado, desde que o interesse do agente privado coincida com o interesse público. Todos os bens reverts para a concedente no final do contrato de concessão;
- Concessão de serviços públicos: É atribuído a um agente económico privado, durante um certo período de tempo, o direito de explorar uma atividade de interesse público ou prestar um serviço, sendo que, de igual modo, no término da concessão todos os bens reverts para a concedente livre de ónus e encargos.

Para proporcionar uma nova e diferente abordagem em determinados aspetos relacionados com o reconhecimento e valorização de contratos de concessão foi publicada, pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), no ano de 2006 e adotada pela Comunidade Europeia já no ano de 2009, a IFRIC 12 (Torrão, 2010).

Para Lérias (2009) a IFRIC 12 deve ser aplicada pelas concessionárias em contratos de concessão de serviços pelo setor público ao privado em que a concedente:

- Controla ou regulamenta os serviços que a concessionária deve prestar com a(s) infraestrutura(as) da concessão, a quem os deve prestar e a que preço; e
- Controla – através da propriedade, de direitos de beneficiário ou de outro modo – qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final da vigência do contrato (Lérias, 2009).

2.2.2 Os bens reversíveis

Havendo a hipótese da empresa concessionária enfrentar dificuldades financeiras, deixando de poder prestar os serviços a que se propôs, o agente público necessita de uma alternativa, que lhe permita garantir a continuidade da prestação de serviços, não prejudicando deste modo o interesse público. Consequentemente surgem os denominados bens reversíveis, que são os bens necessários à prestação dos serviços em

causa, e que, em caso de algum problema por parte do particular, retornam ao agente público (Soares, 2013).

De acordo com Mattos e Ribeiro (2010) os bens reversíveis são bens afetos, vinculados e necessários à prestação do serviço em causa. A reversão é uma transmissão, para o poder do concedente dos bens aplicados ao serviço e que foram concessionados, quando se dá a extinção da concessão. Esta transmissão apresenta-se como fundamento do princípio da continuidade do serviço.

Os bens reversíveis não integram o património do concedente. São bens privados que integram o património da concessionária, sendo que, estão afetos ao interesse público, logo reverterão para o concedente no fim da concessão ou se ocorrer algum problema com o agente privado que o prive de prestar os serviços a que se propôs (Soares, 2013).

Existem diferentes opiniões no que respeita à análise da IFRIC 12 e ao conseqüente registo dos bens reversíveis. Esta controvérsia levou a que a APS, em conjunto com outras Administrações Portuárias, tenha decidido pedir um parecer à CNC sobre a política contabilística a adotar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos.

Foi com base nesta problemática, e tendo em conta a decisão de registar os bens reversíveis, que se tiveram que reexpressar os valores para o ano de 2011, com a objetivo de os manter comparáveis com o ano seguinte.

2.3 A reexpressão das contas

Para Cravo, Batista, Pontes e Grenha (2009) a verdadeira imagem de uma entidade é expressa sobretudo pelos seus resultados e pela sua estrutura patrimonial e financeira e, não advém da análise apenas de um exercício contabilístico, mas sim do seu relato ao longo dos anos e da sua comparação com outras entidades.

Esta comparabilidade recomendada pode ser influenciada pela introdução de uma nova política contabilística ou alteração de uma já existente, pode ainda ser influenciada por alterações nas estimativas ou por erros.

No ano de 2012 a APS sofreu alterações contabilísticas significativas e, em consonância com a equipa auditora, resolveu-se reexpressar as contas relativas ao ano 2011 em conformidade com a NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, por forma a permitir a comparabilidade entre o exercício em questão e o exercício de 2012. Consequentemente julgou-se de importância acrescida fazer referência à norma que regulou esta reexpressão.

“O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e divulgação das alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros. A Norma destina-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade, e a sua comparabilidade ao longo do tempo e com as demonstrações financeiras de outras entidades.” (NCRF 4, § 1: 1-2)

Ainda de acordo com a NCRF 4, os utentes das demonstrações financeiras de uma entidade, precisam, ao longo do tempo, de as comparar de forma a identificar a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa sendo assim necessário que, quando uma entidade altere uma política contabilística na aplicação inicial de uma norma ou interpretação, ou quando altere uma política contabilística voluntariamente, deve também fazê-lo retrospectivamente.

De acordo com Cravo, Batista, Pontes e Grenha (2009) e tendo em conta a NCRF 4, existem dois tratamentos distintos na elaboração das Demonstrações Financeiras:

- Metodologia prospetiva: os efeitos nas Demonstrações Financeiras ocorrem apenas no momento em que a política foi alterada, ou em que ocorreu a correção do erro, sendo que só haverá efeito no presente e no futuro;
- Metodologia retrospectiva: Os efeitos nas Demonstrações Financeiras serão reexpressos para o passado, como se a política nunca tivesse sido alterada ou o

erro ocorrido, permitindo, deste modo, a comparabilidade entre os vários exercícios. Haverá efeitos no passado, presente e futuro.

A reexpressão dos valores de 2011 levou a que se analisassem os principais indicadores económico-financeiros utilizados na APS.

2.4 Indicadores económico-financeiros

Andekina e Rakhmetova (2013) defendem que a essência do diagnóstico económico é proveniente da ciência médica, pois o diagnóstico é o processo de estudar as alterações no corpo humano, levando ao reconhecimento de um problema. No seguimento desta análise surge o termo “diagnóstico económico”, que apenas emergiu no início do século XXI. Ainda de acordo com os mesmos autores, os diagnósticos económicos estudam os sinais de imperfeição na gestão das atividades económicas, a fim de prever qualquer tipo de consequência para as entidades. Estes diagnósticos ajudam a planear as atividades económicas de uma maneira mais adequada e com menos riscos associados.

Para Brealey e Myers (1998) os rácios financeiros, utilizados na análise (ou diagnóstico) económica, não são nenhuma bola de cristal, isto é, são apenas instrumentos para resumir uma grande quantidade de dados financeiros e desta forma permitir a comparabilidade do desempenho das empresas. *“Os Rácios ajudam a fazer perguntas certas; raramente fornecem as respostas.”* (Brealey e Myers, 1998: 765)

As empresas utilizam os índices financeiros para monitorizar as operações, assegurando-se de que estão a aplicar os recursos disponíveis efetivamente para evitar a insolvência. O uso dos índices económico-financeiros é um instrumento importante na elaboração do planeamento financeiro moderno (Groppelli e Nikbakht, 1999).

Todas as entidades esforçam-se para melhorar a sua situação económica, tentando, com isto, melhorar os seus resultados financeiros. Controlando os indicadores financeiros e económicos é possível gerir o desenvolvimento da entidade, de acordo com os planos e metas previamente realizados (Andekina e Rakhmetova, 2013).

Naturalmente a APS utiliza a análise económica, não só para medir o seu nível de desenvolvimento e fazer projeções para o futuro, mas também para permitir a comparabilidade entre períodos e também para com outras empresas.

Os principais indicadores utilizados na APS são indicadores como: Autonomia Financeira, Liquidez, Solvabilidade, Rendibilidade das Vendas, do Ativo e do Capital Próprio e Prazo Médio de Pagamentos (PMP).

2.5 Subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida

2.5.1 Subsídios do Governo

Segundo o Decreto-Lei n.º 167/2008 uma das competências do Estado é a de promover o bem-estar social e económico, sobretudo das populações mais desfavorecidas, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado. Consequentemente, este quadro tem vindo a justificar a concessão de apoios financeiros por parte do Estado.

Com o objetivo máximo de satisfazer as necessidades fundamentais da população em geral, o Estado, por vezes, vê-se na necessidade de imposição de ajudas específicas de serviço público a entidades públicas ou mesmo privadas.

“Os subsídios são atribuídos pelos governos e visam a dinamização da atividade produtiva das empresas que, de uma forma geral, terão de obedecer a certas contrapartidas definidas nos contratos.” (Guimarães, 2001: 28).

De acordo com a NCRF 22 (§4: 3):

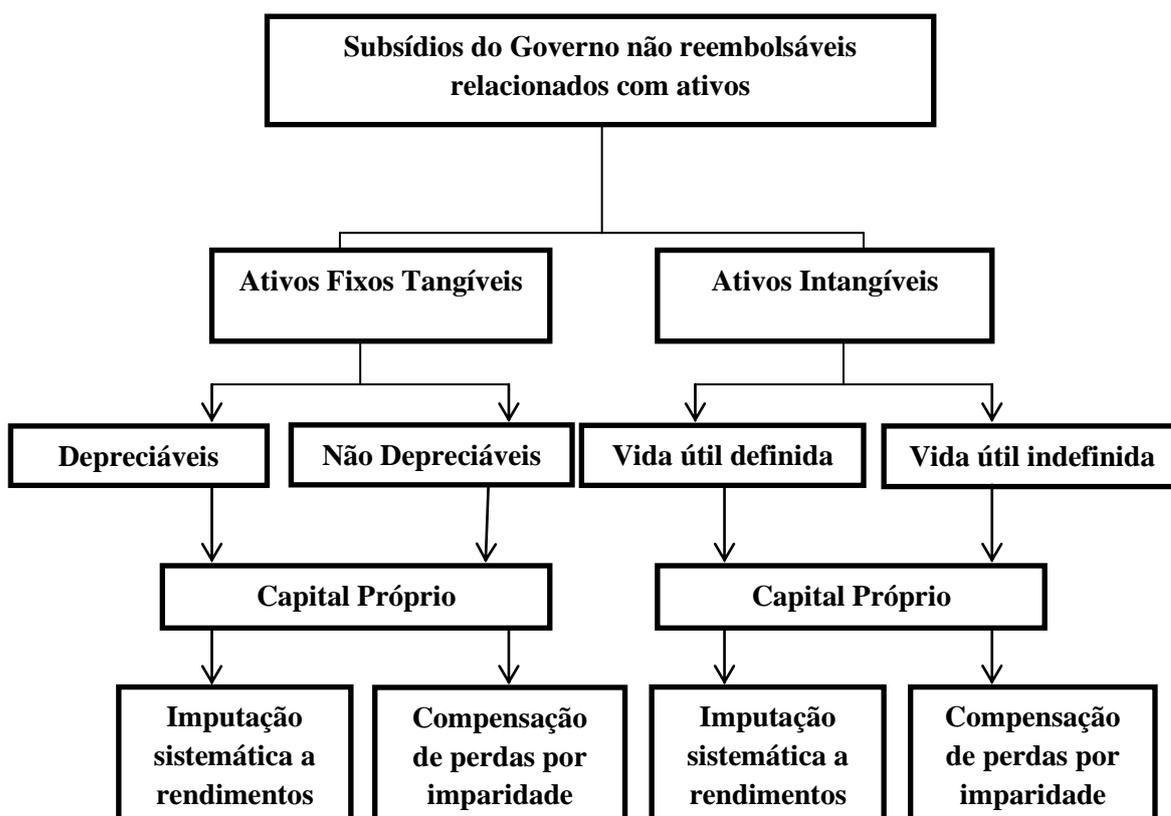
“Subsídios do Governo: são auxílios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da entidade. Excluem as formas de apoio do Governo às quais não possa

razoavelmente ser-lhes dado valor e transações com o Governo que não se possam distinguir das transações comerciais normais da entidade.”

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são atribuídos com a condição de que, a empresa a que eles se propõe, deve utilizá-los para comprar, construir ou adquirir qualquer tipo de ativo de longa duração (NCRF 22, §4, §22, §23). Estes subsídios podem ainda ser denominados por subsídios ao investimento, pois estão sempre associados à realização de investimentos por parte das empresas (Silva, 2010).

Em seguida, na Figura 2.1, é apresentado um esquema, onde são expostos os reconhecimentos iniciais e subsequentes relativos aos subsídios do governo não reembolsáveis relacionados com ativos.

Figura 2.1: Esquema dos subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos



Fonte: Adaptado de Gomes e Pires (2010)

A principal alteração que o SNC veio introduzir no tema dos subsídios prende-se pelo facto da contabilização dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis serem agora reconhecidos em Capital Próprio. Esta alteração vem, desde logo, melhorar alguns indicadores económico-financeiros das entidades. (Silva, 2010)

2.5.2 Os subsídios relacionados com ativos originam passivos por impostos diferidos?

Para melhorar a aplicação do SNC, a CNC preparou, no seu sítio na internet, um conjunto de respostas, para uma serie questões colocadas com frequência, designadas como *FAQs (Frequently Asked Questions)*.

“Questão 13: Os subsídios relacionados com ativos originam passivos por impostos diferidos?”¹

Relativamente a esta questão, existem duas opiniões diferentes sobre o reconhecimento, ou não, de impostos diferidos. A questão fundamental relaciona-se com o momento em que contabilisticamente o subsídio é reconhecido como rendimento (Morais e Jesus, 2010).

Consequentemente, a CNC, no dia 26 de maio de 2010, veio esclarecer que a atribuição de subsídios a uma entidade não traduz um aumento absoluto nos Capitais Próprios, pois estes subsídios estão sujeitos a tributação. A quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e também a necessidade de efetuar o reconhecimento de passivo por imposto diferido que lhe está associado.

Para Jesus e Morais (2010) o mais importante argumento contra o registo de imposto diferido aquando do recebimento de um subsídio, é o texto da *International Accounting Standards (IAS) 20* e da *NCRF 22*, que diz que ao registar o subsídio como uma componente imediata do Capital Próprio, não existe reconhecimento de qualquer rendimento, pois esse mesmo rendimento só vai ser reconhecido, numa base sistemática

¹ A resposta para esta questão está disponível em anexo.

e racional, no mesmo período em que se reconhece o gasto que pretende que ele compense.

Tendo em conta a natureza desta operação, o reconhecimento do rendimento ocorre anualmente, ao longo da vida do investimento, acompanhado do reconhecimento do correspondente imposto. Não havendo diferença temporal entre o período em que o subsídio é reconhecido como rendimento e o momento da sua tributação, não há necessidade de se reconhecerem impostos diferidos.

Com tudo isto, e tendo em conta as divergências de opinião já apresentadas, esta questão foi revista e modificada pela CNC e, em 15 de abril de 2013, a comissão veio esclarecer que a forma de reconhecimento relacionados com ativos que foi acolhida no SNC não se encontra conforme as normas internacionais de contabilidade no que concerne à matéria de impostos diferidos. Logo, e tendo em conta os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, considera-se que o período de reconhecimento contabilístico dos mesmos como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, não existindo diferença tributável nem a necessidade de reconhecer passivos por impostos diferidos.

Devido à quantia escriturada dos ativos (com que os subsídios se relacionam) ser igual à base fiscal do ativo em causa, considerou-se que não existe qualquer diferença temporal e, conseqüentemente deixou-se de reconhecer passivos por impostos diferidos. Naturalmente, com esta modificação, a rubrica de impostos diferidos diminui na proporção do valor relativo aos subsídios para investimento, sendo esse valor transferido para a conta de outros devedores.

Como se pode observar, pela análise desta alteração, a regularização dos movimentos iniciais deixa de passar pela conta de resultados, o que vai afetar o Resultado Líquido das empresas, naturalmente na proporção do volume de subsídios para investimentos regularizados.

Capítulo 3 – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES S.A.

3.1 Apresentação e atividade

O início do Porto de Sines leva-nos até ao ano de 1973, pois foi nesse ano que começaram a ser construídas as primeiras infraestruturas portuárias na cidade de Sines. O primeiro terminal a ser construído foi o Terminal Petrolífero (hoje em dia denominado por Terminal de Granéis Líquidos) e, em 1977, decidiu-se criar a APS face à necessidade de gestão e exploração do Porto, sendo que, no ano seguinte iniciou-se a exploração e as primeiras movimentações de petróleo no Porto de Sines.

Os bons indicadores de movimentação, aliados à posição estratégica e às águas profundas existentes em Sines, levaram a um natural desenvolvimento do porto.

Hoje em dia pode-se considerar o Porto de Sines como uma referência portuária à escala Ibérica, sendo constituído por cinco terminais, dois portos interiores e uma Zona de Atividades Logísticas.

A APS tem as competências de regular o funcionamento do porto a nível económico, financeiro, patrimonial e de exploração portuária. Por outras palavras, a APS tem como principais funções a de concessionar os espaços do porto, licenciar as atividades a decorrer nestes mesmos espaços, fixar as taxas a cobrar pela utilização do porto e garantir a conservação e proteção das suas instalações e pessoal.

Importa ainda ressaltar que a empresa alterou o seu modelo de gestão portuária (de “*Tool Port*”² para “*Landlord Port*”³), afastando-se assim da área operacional do porto e concessionando as infraestruturas portuárias a agentes privados.

² A empresa possui, desenvolve e mantém as infra-estruturas do porto. As atividades operacionais e comerciais do porto são da responsabilidade da mesma.

³ Todas as atividades operacionais e comerciais do porto são responsabilidade de agentes privados que gerem os terminais portuários através de concessões que lhe são atribuídas, em regime de serviço público.

3.2 Organograma

Na Figura 3.1, pode-se observar a organização da APS, sendo de destacar a Direção Financeira e Económica (DFE), pois foi a direção onde o estágio decorreu.

A DFE divide-se em:

- Controlo Orçamental e Fundos Comunitários (DFE / OF)
- Contabilidade (DFE / CO)
- Aprovisionamento e Património (DFE / AP)

A DFE garante uma gestão eficaz, controlando o setor financeiro e patrimonial. Realiza atividades de contabilidade financeira e analítica, desenvolvimento de orçamentos e controlo orçamental, processa faturas e gere a tesouraria e o aprovisionamento.

Figura 3.1: Organigrama APS



Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/30875133700313410940.jpg

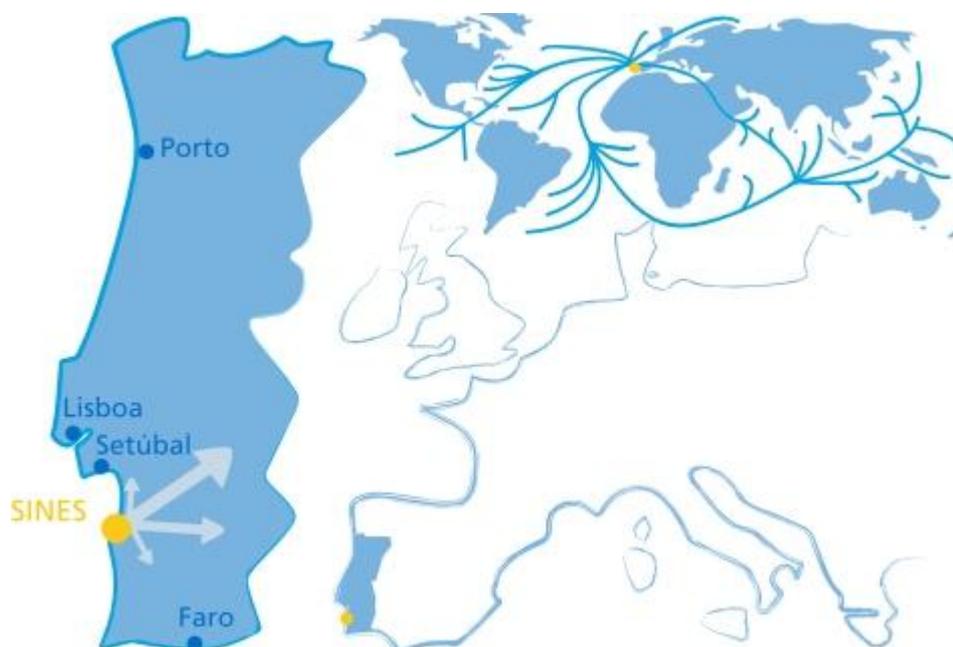
3.3 Localização

O Porto de Sines fica localizado no Alentejo Litoral, entre Lisboa e o Algarve, encontrando-se assim no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais, como se pode observar na Figura 3.2.

Neste momento, é pertinente afirmar que o Porto de Sines é o principal *hub*⁴ da fachada Ibero-Atlântica.

A sua zona de influência, ou *Hinterland*, é toda a zona sul e centro de Portugal, sendo que, numa visão mais alargada, pode-se afirmar que Sines e o seu porto estão numa posição muito favorável para competir em toda a Extremadura Espanhola, inclusive até Madrid, servindo deste modo como porta de entrada de mercadorias para a Europa.

Figura 3.2: Localização do Porto de Sines



Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65572816692502541132.jpg

⁴ Sinónimo de centro de transportes multimodais.

3.4 Infraestruturas Portuárias

O complexo portuário é formado por cinco terminais e dois portos:

- Terminal de Granéis Líquidos de Sines (TGLS);
- Terminal Petroquímico (TPQ);
- Terminal Multipurpose de Sines (TMS);
- Terminal de Gás Natural Liquefeito (TGNL);
- Terminal XXI ou Contentores (TXXI);
- Porto de Pesca;
- Porto de Recreio;

Figura 3.3: TGLS ⁵

Terminal de Granéis Líquidos de Sines (TGLS)

Foi o primeiro terminal a ser inaugurado em Sines, no ano de 1978.

Com seis postos de acostagem, pode-se afirmar que é o maior dos terminais existentes no porto, movimentado sobretudo crude, refinados e outros granéis líquidos.

Este terminal está concessionado à empresa CLT – Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A., pertencente ao grupo Galp Energia.



Figura 3.4: TPQ ⁶

Terminal Petroquímico (TPQ)

Inaugurado em 1981, este terminal está equipado com dois postos de acostagem.

O TPQ movimenta sobretudo produtos como o Propileno, Etileno, Etanol, entre outros.

A operação deste terminal está a cargo da empresa Repsol Polímeros, LDA.



⁵ Fonte: imagem disponibilizada pela Direção de Sistemas de Planeamento e Comunicação da APS.

⁶ Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65278692952726500332.jpg

Figura 3.5: TMS⁷**Terminal Multipurpose de Sines (TMS)**

Foi o terceiro terminal a ser construído no Porto de Sines, iniciando a sua atividade em 1992.

Dispondo de quatro cais de acostagem, movimenta sobretudo carvão, sendo que está preparado para a carga/descarga de outros granéis sólidos e *ro-ro*⁸.

A utilização do TMS está a cargo da Portsines, S.A..

**Figura 3.6: TGNL**⁹**Terminal de Gás Natural Liquefeito (TGNL)**

Inaugurado em 2003, este terminal dispõe de um posto de acostagem e é concessionado pela empresa REN Atlântico S.A., fornecendo grande parte do Gás Natural consumido em Portugal.

**Figura 3.7: TXXI**¹⁰**Terminal XXI ou Contentores (TXXI)**

Foi o mais recente terminal a ser construído no Porto de Sines, iniciando as suas operações em 2004.

Permitindo a acostagem dos maiores navios porta-contentores das rotas internacionais, este terminal dedica a sua atividade ao embarque/desembarque de contentores provenientes de várias partes do globo.

Toda a operação do TXXI está a cargo da empresa PSA Sines, S.A..



⁷ Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65278692952749000432.jpg

⁸ Rampa que garante a operacionalidade e segurança do transporte de carga rodada e passageiros.

⁹ Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65278692952713050432.jpg

¹⁰ Fonte: imagem disponibilizada pela Direção de Sistemas de Planeamento e Comunicação da APS.

Porto de Pesca

A pesca é uma atividade de muita tradição em Sines, por isso, o bom funcionamento do Porto de Pesca é peça fundamental para o desenvolvimento da região. Este porto dispõe de um cais de descarga de 140 metros, sendo que, na sua área de jurisdição, existem ainda edifícios de comerciantes, lojas e fábricas de gelo, oficinas e um posto de abastecimento, entre outros.

Figura 3.8: Porto de Pesca ¹¹



Porto de Recreio

Este porto tem a capacidade de 250 lugares, e dispõe de todos os serviços necessários para a segurança, higiene e conforto dos seus utilizadores.

Figura 3.9: Porto de Recreio ¹²



3.5 Porto de Sines atualmente

Baseado nos dados da ESPO – *European Sea Ports Organization*, no ano de 2012, o Porto de Sines cresceu cerca de 11% face ao período homólogo do ano anterior, registando um dos maiores crescimentos em termos percentuais dos portos a nível europeu, entrando, deste modo, para o ranking dos 25 principais portos da Europa.

¹¹ Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65278692952715340432.jpg

¹² Fonte: www.portodesines.pt/edoc/publishing/img/home_233/fotos/65278692952728390432.jpg

O investimento no Porto de Sines e no seu desenvolvimento tem sido constante, sendo importante destacar as mais recentes obras de Ampliação do Molhe Leste, bem como a conclusão da Fase 1B do Terminal XXI e a expansão do TGNL.

Para o futuro prevê-se que, tendo em conta a sua posição consolidada no *"shipping"* mundial de contentores, tendo em conta o alargamento do Canal do Panamá e tendo ainda em conta a sua posição geoestratégica, o Porto de Sines vá continuar a expandir o Terminal XXI e construir um futuro Terminal Vasco da Gama aumentando a capacidade de movimentação de contentores.

Por fim e não menos importante, o potencial da rede ferroviária continuar a crescer além-fronteiras (até Madrid) deve ser estimulado, sobretudo com a construção dos troços em falta, para uma ligação mais rápida e eficaz à fronteira de Caia.

Capítulo 4 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

4.1 Bens Reversíveis

4.1.1 Os bens que reverterem para o concedente no final dos contratos de concessão

A APS no exercício dos poderes conferidos pelo estado para a sua área de jurisdição assume o papel de concedente de espaços ou equipamentos adequados para o desenvolvimento da operação portuária.

Os contratos de concessão, regra geral, são temporários e determinam que os bens imóveis construídos pelos concessionários revertam para o concedente no final da respetiva concessão.

A primeira semana de estágio, para além de ter sido uma semana de ambientação, quer à empresa, quer aos colegas, incluiu também o primeiro contato com esta temática. Realizou-se nesse período uma auditoria por parte da empresa auditora PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda (PWC). Essa auditoria, para além da revisão das contas relativas ao ano de 2012, centrou-se sobre a análise do cálculo e do método de registo dos bens que reverterem para a APS no final das concessões.

Foi uma experiência marcante porque, conforme referido, foi nesse momento que se teve o primeiro contacto com estas questões. Questões que mais tarde foram estudadas e desenvolvidas.

Como já foi dito anteriormente, a empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, focando-se no modelo de *Landlord port* que consiste basicamente na transferência das operações para os operadores privados. Esse processo foi efetuado através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias, com o conseqüente afastamento da APS da área operacional.

A entrada em vigor do SNC, pouco detalhado senão mesmo omissa sobre esta matéria, obrigou a extrapolações complexas que levaram a diferentes interpretações entre a APS e o ROC, no que respeita ao registo ou não dos bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos que no final dos respetivos contratos revertam para a APS.

Os equipamentos que estão em exploração têm na sua esmagadora maioria duração limitada. A maior parte dos equipamentos que virão a reverter para a APS ainda não têm existência física, pelo que, os atuais serão substituídos, pelo menos uma vez, durante o contrato de concessão. A renovação desses equipamentos depende em grande parte do nível de utilização a que estarão sujeitos e do risco tecnológico. Por esse motivo, a equipa técnica da APS defendia que é impossível determinar com fiabilidade o valor dos bens nessas condições. Interpretação diferente foi defendida pela equipa de revisão e pelo ROC, o que culminou na reserva às contas efetuada em 2010 e renovada em 2011.

Sintetizando o que atrás foi dito, numa visão mais restrita como a defendida pela APS, o SNC não permite o registo de ativos desde que o seu valor não possa ser determinado com fiabilidade. Enquanto numa visão mais abrangente do SNC, defendida pelo ROC, este normativo permite a criação de políticas que o complementem ou a remissão para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Para ultrapassar essa questão, comum às diferentes administrações portuárias, foi pedido no âmbito da respetiva associação - Associação dos Portos de Portugal (APP), um parecer à CNC.

Na posse desse parecer, as Administrações Portuárias desenvolveram sob a égide da APP um trabalho conjunto, em estreita colaboração com a PWC, no sentido de aproximar posições que permitissem ultrapassar a diferença de interpretações, que culminou no desenvolvimento de políticas contabilísticas comuns para os bens reversíveis que, baseadas nos princípios do SNC, o complementam. Essas políticas aplicam-se apenas aos bens cuja vida útil em novo ultrapassa o termo das concessões e

que, por esse motivo, o seu valor é determinável seguindo regras semelhantes às aplicadas aos restantes imobilizados.

Aplicando as regras e orientações expressas na nova política contabilística¹³, o estagiário, em conjunto com alguns dos funcionários da APS, analisou todos os contratos de concessão e licenciamentos em vigor para identificar quais os que potencialmente podiam incluir bens que reverterão para a APS no seu termo. Foi produzida uma lista que foi validada pela equipa de auditoria, para o conjunto dos contratos com potencial reversão de bens, que é seguidamente apresentada na Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Contratos com potencial reversão

Descrição	Início Concessão	Término Concessão	Duração
C1-Terminal Petroquímico	01-01-2006	31-12-2025	20 Anos
C2-Terminal Multipurpose	02-05-1992	01-05-2017	25 Anos
C3-Bancas Meios Fixos	01-06-2003	31-05-2013	10 Anos
C4-Porto de Pesca	28-09-1994	27-09-2019	25 Anos
C7-Terminal de Contentores	28-09-1999	27-09-2029	30 Anos
C12-Terminal de Granéis Líquidos	01-08-2008	31-07-2038	30 Anos
C13-Estação Bombagem LPG	20-10-2000	19-10-2015	15 Anos

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

Solicitaram-se listas detalhadas dos imobilizados afetos a cada um desses contratos e efetuou-se uma análise das mesmas. Esse trabalho de análise levou a que o estagiário, em conjunto com alguns dos funcionários da APS, identificasse e produzisse as listagens, para suporte do registo contabilístico, apresentados na Tabela 4.2.

¹³ Política Contabilística das Administrações Portuárias em contratos de concessão aprovado em reunião realizada na sede da APP, em Março de 2012, bem como no Aditamento à Política Contabilística das Administrações Portuárias em contratos de concessão aprovado em reunião efectuada igualmente na sede da APP, em 12 de Outubro de 2012.

Tabela 4.2: Valores a registar

Concessão	Concessionário	Valores Registados a 31-12-2012
C1	Repsol Polímeros, Lda	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.
C2	Portsines - Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	2.417.272 €
C3	Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	108.622 €
C4	Docapesca - Portos e Lotas, S.A.	537.168 €
C7	PSA Sines -Terminal de Contentores S.A.	72.959.174 €
C12	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	Não tem bens reversíveis passíveis de registo de acordo com a política contabilística adotada para esse efeito.
C13	SIGÁS - Armazenagem de Gás, ACE	1.649.652 €

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

4.1.2 Registo contabilístico

Tendo em conta o parecer da CNC sobre esta matéria e em colaboração com a equipa auditora, decidiu-se que seria incorporado no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor dos bens a reverter, com a evidente exceção das infraestruturas portuárias¹⁴, que serão, por sua vez, incluídas no ativo fixo tangível.

O estagiário estudou todos os registos contabilísticos a fazer, para que pudesse prestar o melhor apoio possível aquando do registo destes bens.

¹⁴ Cais, terraplenos e molhes marítimos afetos directamente à realização das operações portuárias

O ativo intangível será reconhecido numa conta criada na classe 4 - Investimentos, mais especificamente na conta 445 – Concessões – Bens a reverter. Esta conta será reconhecida em contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer.

Por sua vez, o ativo tangível será reconhecido na conta 432 – Edifícios e outras construções, também por contrapartida da conta 282 – Rendimentos a reconhecer.

Todos os ativos deverão ser amortizados/depreciados pelo seu período de vida útil económica, estimado pela APS, tendo sempre em conta que a vida útil dos ativos não poderá ser inferior ao fim contratualizado da concessão.

Como é de esperar, o registo destes bens, vai levar ao reconhecimento de rendimentos, que serão reconhecidos numa base linear e anual, durante o contrato de concessão.

Os montantes que corresponderem às diferenças entre as amortizações/depreciações dos ativos intangíveis e o rendimento do período por eles gerado, incluídas nos Resultados Líquidos dos exercícios, serão, deste modo e, no exercício seguinte, transferidas para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No ano em que contratualmente se irá proceder à reversão, os ativos intangíveis serão desreconhecidos, seguindo-se o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis dos bens, que, nesse mesmo ano, reverteram, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter para a respetiva subconta da conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Os ativos fixos também serão então depreciados durante o resto da sua vida útil económica. O saldo relativo à conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões, será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

4.1.3 Principais impactos

Durante o período de estágio, e tendo em conta a problemática dos bens reversíveis e os seus impactos em termos de Balanço e Demonstração de Resultados, foi pedido ao estagiário que fizesse uma análise sucinta dos principais impactos para a entidade. Em conformidade é apresentada as figuras 4.1 e 4.2 e as respetivas análises.

Figura 4.1: Demonstração de Resultados APS a 31-12-2012

Demonstração de Resultados	31-12-2012 Sem impacto	31-12-2012 Com impacto
Vendas e Serviços Prestados	32.600.288	32.600.288
Subsídios à exploração	17.460	17.460
CMVMC	-1.238.628	-1.238.628
Fornecimentos e Serviços Externos	-3.703.117	-3.703.117
Gastos c/Pessoal	-8.257.010	-8.257.010
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	-8.667	-8.667
Provisões (aumentos/reduções)	-1.136.769	-1.136.769
Outros Rendimentos e Ganhos	7.384.269	11.453.610
Outros Gastos e Perdas	-1.960.492	-1.960.492
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	23.697.334	27.766.676
Gastos de depreciação e de amortização	-12.953.962	-15.197.978
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10.743.372	12.568.699
Juros e Rendimentos similares obtidos	51.655	51.655
Juros e custos similares suportados	0	0
Resultado antes de impostos	10.745.027	12.620.353
Imposto s/Rendimento do período	- 858.084	-2.897.630
Resultado Líquido do período	9.886.943	9.722.723

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

A Demonstração de Resultados acima apresentada refere-se ao exercício de 2012 e os principais impactos a apontar, tendo em conta o registo dos bens que reverterão para a concedente no final dos contratos de concessão, são:

- A rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” teve um aumento de cerca de 4 milhões de euros, relativos aos rendimentos associados ao registo dos bens reversíveis;
- A rubrica “Gastos de depreciação e amortização” teve um impacto de, aproximadamente, -2,4 milhões de euros, decorrentes da normal amortização dos bens que foram registados como reversíveis;
- Com tudo isto, o Resultado antes de impostos vai ser consideravelmente superior, o que leva a que a rubrica de “Imposto s/Rendimento do período” seja influenciada na ordem dos 2 milhões de euros. Considera-se ainda que este elevado valor de imposto, resulta do reconhecimento de passivos por impostos diferidos relacionados com os bens reversíveis.

É de notar que, como já foi referido, o Resultado antes de impostos, ou resultado bruto do período é substancialmente superior, mas, tendo em conta os impostos diferidos que os bens reversíveis geram, o Resultado Líquido do período é substancialmente inferior.

Futuramente, prevendo uma taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) inferior e prevendo ainda o registo de mais bens reversíveis, provenientes do contínuo desenvolvimento do Porto de Sines, os resultados brutos vão continuar a ser afetados positivamente, e o Resultado Líquido vai, de igual modo, começar a ser influenciado pela positiva.

Figura 4.2: Balanço APS a 31-12-2012

RUBRICAS	31-12-2012 Sem impacto	31-12-2012 Com impacto
ATIVO		
Ativo Não Corrente	378.027.687	456.699.574
Ativos Fixos Tangíveis	376.298.817	376.298.817
Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	0	57.902.431
Propriedades de Investimento	76.021	76.021
Ativos intangíveis	653.925	653.925
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	0	19.769.456
Participações Financeiras - Outros Métodos	434.265	434.265
Ativos por impostos diferidos	1564.659	1.564.659
Ativo Corrente	17.555.643	17.555.643
Inventários	425.803	425.803
Clientes	7.147.023	7.147.023
Adiantamentos a fornecedores	1.451	1.451
Estado e outros entes públicos	0	0
Outras contas a receber	1.728.529	1.728.529
Diferimentos	673.469	673.469
Caixa e outros depósitos bancários	7.579.368	7.579.368
Total do Ativo	395.583.330	474.255.217
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital realizado	80.000.000	80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500.000	4.500.000
Reservas legais	4.029.234	4.029.234
Reserva indisponível - Bens reversíveis	0	5.715.131
Outras reservas	41.577.132	41.577.132
Resultados Transitados	-72.874	1.966.672
Outras variações no capital próprio	174.213.279	174.213.279
Resultado líquido do período	9.886.943	9.722.723
Total do Capital Próprio	314.133.714	321.724.171
PASSIVO		
Passivo Não Corrente	68.700.453	139.781.882
Provisões	3.212.672	3.212.672
Financiamentos Obtidos	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.546.749	2.546.749
Passivos por impostos diferidos	61.439.971	70.667.370
Bens reversíveis - Diferimentos	0	61.854.030
Outras contas a pagar	1.501.061	1.501.061
Passivo Corrente	12.749.163	12.749.163
Fornecedores	871.117	871.117
Estado e outros entes públicos	1.627.664	1.627.664
Financiamentos Obtidos	0	0
Outras contas a pagar	3.271.448	3.271.448
Diferimentos	6.978.935	6.978.935
Total do Passivo	81.449.616	152.531.045
Total do Capital Próprio e do Passivo	395.583.330	474.255.217

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

Os principais impactos do registo dos bens reversíveis são, em termos de Balanço, na rubrica do Ativo Não Corrente, mais especificamente nos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis. Como se pode observar pelo Balanço acima apresentado, o impacto ascendia a cerca de 79 milhões de euros no final do ano de 2012.

No Capital Próprio, e tendo em conta os registos contabilísticos a efetuar, a rubrica de Reservas Indisponíveis também vai ser afetada em cerca de 5,7 milhões de euros no período em estudo.

O Resultado Líquido vai ser afetado pouco significativamente, como se pode observar na análise aos impactos da Demonstração de Resultados. Note-se ainda que a rubrica de Resultados Transitados vai ser significativamente afetada devido à reclassificação do valor incluído na rubrica de Impostos sobre o Rendimento, da Demonstração de Resultados, para a rubrica de Balanço em questão.

Em termos de Passivo, e mais especificamente no Passivo não Corrente verifica-se um aumento de cerca de 62 milhões de euros no que respeita a Diferimentos relacionados com os bens reversíveis e, ainda, um aumento de aproximadamente 9 milhões de euros na rubrica de passivos por impostos diferidos.

Em suma, e tendo em conta o explicitado anteriormente, o registo dos bens reversíveis por parte da APS gerou grandes alterações a nível de Balanço, alterações essas que levaram a uma reexpressão dos valores relativos ao ano anterior, permitindo deste modo a comparabilidade entre os dois exercícios.

4.2 Reexpressão das contas

Durante o exercício relativo ao ano de 2012, a APS, baseando-se na NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, efetuou a reexpressão das Demonstrações Financeira de 2011, por forma a permitir a comparabilidade entre os dois períodos em questão.

Esta reexpressão vem no seguimento da adoção da política contabilística relacionada com os bens reversíveis.

Tabela 4.3: Ajustes ao Balanço em 1 de janeiro de 2011 ¹⁵

Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis	30.962.144
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis	8.420.491
Diferimentos	-32.800.106
Passivos por impostos diferidos	-1.849.690
Reservas não distribuíveis - Bens reversíveis	-4.732.838

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

O montante dos passivos por impostos diferidos a regularizar no exercício de 2012 foram reconhecidos em capitais próprios. Adicionalmente, para que as demonstrações financeiras de 2011 sejam comparáveis com as do exercício de 2012, procedeu-se à reclassificação do montante de 2.080.803 euros previamente incluído na rubrica de Impostos sobre o Rendimento, da Demonstração de Resultados, para a rubrica de Balanço – Resultados Transitados.

¹⁵ Em anexo podem ser consultados o Balanço e a Demonstração de Resultados reexpressos

4.2.1 Impacto da Reexpressão nos indicadores económico-financeiros

Tabela 4.4: Indicadores económico-financeiros antes e após a reexpressão

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2011 REEXPRESSO	2011
Volume de Negócios (euros)	30.897.127	30.897.127
EBITDA (euros)	25.268.409	22.442.834
Margem do EBITDA %	81,8%	72,6%
EBIT (euros)	10.328.426	8.962.233
Margem do EBIT %	33,43%	29,01%
Valor Acrescentado Bruto (euros)	26.401.826	26.401.826
Rentabilidade das Vendas %	23,5%	27,1%
Rentabilidade Capitais Próprios %	2,3%	2,7%
Rentabilidade do Ativo %	1,6%	2,1%
Autonomia Financeira %	70,1%	78,8%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	32	32
Solvabilidade	2,34	3,71
Liquidez	1,36	1,79
Indicadores de Eficiência		
- Custos Operacionais / EBITDA	1,22	1,31
- Custos com o pessoal / EBITDA	0,34	0,38
- Consumos Intermédios / EBITDA	0,18	0,20

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 4.4 mostra que a reexpressão das contas do ano 2011, que derivada da aplicação da NCRF 4 e tem por base a alteração da política contabilística relacionada com os bens reversíveis, teve um considerável impacto nos principais indicadores económico-financeiros analisados pela APS. Este impacto ainda não tinha sido estudado

pelos profissionais da empresa acolhedora, pelo que, em consonância com o supervisor, julgou-se de importância acrescida o estudo do mesmo. Esta tarefa foi levada a cabo pelo estagiário, que analisou os indicadores mais utilizados pela APS, antes e depois da reexpressão.

O Volume de Negócios que regista um valor próximo dos 30,9 milhões de euros, mantém-se inalterado após a reexpressão.

O EBITDA¹⁶ fixava-se em aproximadamente 22,4 milhões de euros e sofreu uma alteração de cerca de 2,8 milhões de euros, devido ao acréscimo verificado na rubrica “Outros Ganhos e Rendimentos” da Demonstração de Resultados. Este acréscimo advém dos rendimentos provenientes dos bens reversíveis.

A Margem do EBITDA, que é um bom indicador da margem operacional da empresa, divide o EBITDA pelo Volume de Negócios. No caso da APS este indicador era de 72,6%, mostrando a boa produtividade no ano em causa e, após a reexpressão, observa-se que esta margem aumentou, em cerca de 9,1 pontos percentuais, derivado ao acréscimo registado no EBITDA.

Quanto ao EBIT¹⁷, observa-se que, antes da reexpressão era de sensivelmente 8,96 milhões de euros, e após a reexpressão aumentou para cerca de 10,3 milhões de euros, por um lado afetado pelo aumento do EBITDA (+2,825 milhões de euros), e por outro pelo aumento das Amortizações (-1,459 milhões de euros). Este aumento nas Amortizações é, também ele, relacionado com os bens reversíveis, que vão depreciando à taxa dos restantes bens registados na contabilidade da APS.

O indicador que se refere à Margem do EBIT, ou Margem Operacional, analisa a capacidade da empresa em gerar lucro depois de descontados os Gastos Operacionais. A melhoria recorrente na margem do EBIT indica qualidade de gestão e aumento de produtividade, portanto, maior capacidade de geração de lucro. Este indicador fixava-se nos 29,01%, indicando uma boa capacidade de geração de lucro. Depois das contas

¹⁶ Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

¹⁷ Earnings Before Interest and Taxes = Lucro antes de juros e impostos.

serem reexpressas, este indicador regista um aumento na ordem dos 4,4 pontos percentuais, derivado ao aumento verificado no EBIT.

O Valor Acrescentado Bruto manteve-se inalterado após a reexpressão das contas.

Segundo Monteiro e Almeida (2012) a Rendibilidade do Ativo, visa medir o rendimento do conjunto dos meios que a empresa utiliza no desenvolvimento da sua atividade. A Rendibilidade do Capital Próprio, visa a medição da eficácia com que as entidades utilizam os capitais que pertencem aos sócios ou acionistas e a Rendibilidade das Vendas analisa a relação entre os resultados e as vendas das entidades. No caso da APS após a análise da Rendibilidade do Ativo verifica-se que antes da reexpressão o indicador fixava-se nos 2,1%, mostrando assim um bom rendimento do conjunto dos meios que a empresa utiliza no desenvolvimento da sua atividade, e que depois da reexpressão decresceu cerca de 0,5%, pois se por um lado, o Resultado Líquido decresceu (explicado sobretudo pelo aumento do Imposto sobre o rendimento (-2,5 milhões de euros), devido, especialmente, à regularização dos impostos diferidos), por outro, o total do Ativo cresceu significativamente (+57,3 milhões de euros) o que explica esta diminuição pouco relevante. A Rendibilidade do Capital Próprio era de 2,7% e mostrava a eficácia com que a APS utiliza os capitais pertencentes aos sócios. Após a reexpressão das contas, este rácio caiu apenas 0,4%, pois se por um lado o Resultado Líquido decresceu, por outro, o total dos Capitais Próprios aumentaram, suportados pela criação da rubrica de Reservas Indisponíveis relacionada com os bens reversíveis, e com o aumento dos resultados transitados devido à reclassificação do valor previamente incluído na rubrica de Impostos sobre o Rendimento, da Demonstração de Resultados, para a rubrica de Balanço em questão. Quanto à Rendibilidade das Vendas, que no caso da APS era de 27,1%, mostrava uma boa margem das vendas depois dos efeitos produtivos, financeiros e fiscais. Após a reexpressão das contas, verifica-se que caiu cerca de 3,6%, explicado pela redução do Resultado Líquido.

A Autonomia Financeira divide o Capital Próprio pelo Ativo Líquido, determinando, deste modo, a dependência ou independência da entidade face a Capitais Alheios (Monteiro e Almeida, 2012). Este indicador, em 2011, era de 78,8%, mostrando assim,

que o nível de independência que a APS apresenta face a Capitais Alheios era o adequado. O impacto que a reexpressão teve neste rácio foi de -8,71%, que é explicado pelo significativo aumento, já referenciado, no Ativo, acompanhado por um aumento, pouco significativo nos Capitais Próprios.

O PMP determina quanto tempo, em média, a empresa demora a pagar os créditos obtidos junto dos Fornecedores e Outros Credores (Monteiro e Almeida, 2012). O PMP na APS foi de 32 dias (valor muito próximo do pretendido) e manteve-se inalterado após a reexpressão nas contas da empresa.

Para Monteiro e Almeida (2012:69) a Solvabilidade “*determina a capacidade da empresa para fazer face aos compromissos a longo prazo, refletindo o risco que os seus credores correm (...).*” Na APS este rácio fixava-se nos 3,71, mostrando a boa capacidade da empresa em fazer face aos compromissos de longo prazo e, após a reexpressão das contas, diminuiu cerca de 1,4, pois se por um lado o Capital Próprio aumentou cerca de 5,7 milhões de euros, por outro, o Passivo aumentou cerca de 51,6 milhões de euros.

O rácio da Liquidez, que determina a capacidade da entidade em fazer frente aos compromissos de curto prazo, dividindo assim o Ativo Corrente pelo Passivo Corrente (Monteiro e Almeida, 2012) era de 1,79, mostrando a boa capacidade da APS em fazer face aos compromissos de curto prazo e, após a reexpressão das contas, caiu para 1,36. Este decréscimo registado é explicado pelo aumento do Passivo Corrente, que por sua vez é explicado pelo acréscimo na rubrica de Diferimentos.

Por fim, os Indicadores de Eficiência são definidos “Custos Operacionais / EBITDA”, “Custos com o Pessoal / EBITDA” e “Custos Intermédios / EBITDA” e eram de 1,31, 0,38 e 0,2 respetivamente, reflexo do bom nível de eficiência apresentado pela APS. Depois da reexpressão, estes indicadores sofreram um decréscimo de 0,09, 0,04 e 0,02 respetivamente, que é exclusivamente explicado pelo aumento do EBITDA, como foi referenciado anteriormente. Tanto os Custos Operacionais, como os Custos com o Pessoal e os Custos Intermédios mantêm-se inalterados após a reexpressão das contas.

4.3 Alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida

Tendo em conta a alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, preconizada pela CNC, foi pedido ao estagiário que analisasse quais os registos contabilísticos a alterar e quais os principais impactos, para que pudesse dar o melhor apoio possível aquando desta alteração por parte da APS.

Para uma melhor compreensão dos registos contabilísticos a realizar (antes da alteração) com este tipo de subsídios, apresenta-se, a título de exemplo, o seguinte exercício simplificado¹⁸:

A sociedade XY, S.A. decidiu adquirir uma lancha no valor de 750.000,00 ao qual se candidatou ao programa de incentivos ICENT, que prevê a atribuição de um subsídio não reembolsável correspondente a 60% do valor investido (ou seja, 450.000,00). Foi atribuído à lancha uma vida útil de 10 anos e a taxa (arbitrada) de IRC, incluindo derrama é de 30%. Pretende-se efetuar os registos necessários.

1. Compra da lancha

Conta	Descrição	Débito	Crédito
12	Depósitos à ordem		750.000,00
433	Equipamento básico	750.000,00	

2. Reconhecimento da atribuição do subsídio e seu recebimento

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2781	Outros devedores - ICENT	450.000,00	
5931	Outras variações de C.P. - Subsídio ao Investimento		450.000,00
12	Depósitos à ordem	450.000,00	
2781	Outros devedores - ICENT		450.000,00

¹⁸ Exemplo adaptado de Gomes e Pires (2010)

3. Reconhecimento inicial dos passivos por impostos diferidos.

Arbitrou-se a taxa de 30%.

O cálculo do passivo por imposto diferido corresponde a:

- $750.000,00 \times 0,6 \times 0,3 = 135.000,00$

Conta	Descrição	Débito	Crédito
5932	Outras variações de C.P. - Subsídios impostos diferidos	135.000,00	
2742	Passivos por impostos diferidos		135.000,00

4. Depreciações anuais e imputação do subsídio a rendimentos (lançamentos a realizar em cada um dos 10 anos de vida útil do bem)

As depreciações anuais utilizam o método da linha reta e correspondem a:

- $750.000,00 \div 10 = 75.000,00$

O valor imputado a subsídios respeita a mesma logica das depreciações e corresponde a:

- $750.000,00 \div 10 \times 0,6 = 45.000,00$

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6423	Gastos de Dep. - Equipamento Básico	75.000,00	
4383	Dep. Acumuladas - Equipamento Básico		75.000,00
5931	Outras variações de C.P. - Subsídio ao Investimento	45.000,00	
7883	Imputação de Subsídios p/Investimento		45.000,00

5. Reversão do imposto e a sua afetação parcial (lançamentos a realizar em cada um dos 10 anos de vida útil do bem)

O cálculo do valor a reconhecer em resultados e posteriormente transferir para resultados transitados corresponde a:

- $(750.000.000 \times 0,6 \times 0,3) \div 10 = 13.500,00$

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2742	Passivos por impostos diferidos	13.500,00	
8122	Resultado Líquido do período – Imposto sobre o rendimento - Impostos diferidos		13.500,00
56	Resultados Transitados	13.500,00	
5932	Outras variações de C.P. - Subsídios impostos diferidos		13.500,00

Observa-se que houve um reconhecimento de passivos por impostos diferidos, que vão ser regularizados em resultados ao longo dos 10 anos de vida útil do ativo adquirido. Posteriormente esse imposto vai ser afetado, ou seja, transferido para a conta de Outras variações de Capital Próprio.

Tomando em linha de conta o exemplo atrás apresentado, e evidenciando as alterações propostas pela CNC, no dia 15 de abril de 2013, apresenta-se, mais uma vez, o exemplo simplificado.

A sociedade XY, S.A decidiu adquirir uma lancha no valor de 750.000,00 ao qual se candidatou ao programa de incentivos ICENT, que prevê a atribuição de um subsídio não reembolsável correspondente a 60% do valor investido (ou seja, 450.000,00).

Foi atribuído à lancha uma vida útil de 10 anos e a taxa (arbitrada) de IRC em vigor, incluindo derrama é de 30%.

Pretende-se efetuar os registos necessários.

1. Compra da lancha

Conta	Descrição	Débito	Crédito
12	Depósitos à ordem		750.000,00
433	Equipamento básico	750.000,00	

2. Reconhecimento da atribuição do subsídio, seu recebimento e reconhecimento do imposto associado.

O cálculo do imposto corresponde a:

- $750.000,00 \times 0,6 \times 0,3 = 135.000,00$

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2781	Outros devedores - ICENT	450.000,00	
5931	Outras variações de C.P. - Subsídio ao Investimento		450.000,00
12	Depósitos à ordem	450.000,00	
2781	Outros devedores - ICENT		450.000,00
5932	Outras variações de C.P. - Ajustamentos em Subsídios	135.000,00	
2781	Outros devedores - ICENT		135.000,00

3. Depreciações anuais, imputação do subsídio a rendimentos e lançamento do imposto (lançamentos a realizar em cada um dos 10 anos de vida útil do bem).

As depreciações anuais utilizam o método da linha recta e correspondem a:

- $750.000,00 \div 10 = 75.000,00$

O valor imputado a subsídios respeita a mesma logica das depreciações e corresponde a:

- $750.000,00 \div 10 \times 0,6 = 45.000,00$

O reconhecimento do corrente imposto, com a taxa arbitrada de 30%,corresponde a:

- $(750.000.000 \times 0,6 \times 0,3) \div 10 = 13.500,00$

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6423	Gastos de Dep. - Equipamento Básico	75.000,00	
4383	Dep. Acumuladas - Equipamento Básico		75.000,00
5931	Outras variações de C.P. - Subsídio ao Investimento	45.000,00	
7883	Imputação de Subsídios p/Investimento		45.000,00
2781	Outros devedores - ICENT	13.500,00	
5932	Outras variações de C.P. - Ajustamentos em Subsídios		13.500,00

Numa primeira análise, e em termos de registos contabilísticos, a alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis, com vida útil definida, simplificou o processo.

No caso da APS, na Demonstração de Resultados e, tendo em conta o elevado valor de subsídios para investimentos regularizados, os impactos são significativos. Como é possível observar no exemplo acima apresentado, a regularização dos movimentos iniciais deixa de passar pela conta de resultados, o que no caso da APS, que como já foi

referido, conta com um elevado valor de subsídios para investimentos, vai influenciar significativamente o Resultado Líquido dos períodos seguintes à data em que ocorre a alteração.

A nível de Balanço os impactos desta alteração vão ser notados no Passivo Corrente e Não Corrente, pois o valor referente a subsídios que se reconhecia na conta de impostos diferidos passivos (conta pertencente ao Passivo Corrente), foi transferido para a conta de outros devedores (conta que pertence ao Passivo Não Corrente). Contudo e tendo em conta o já enunciado, observa-se que o total do Passivo não vai sofrer qualquer alteração. Por outro lado, e como já foi exposto, o Resultado Líquido vai ser afetado, o que leva a que o Capital Próprio também seja afetado. Todavia, tendo em conta o elevado valor de Balanço que a APS apresenta, esta alteração nos Resultados Líquidos é considerada como um impacto pouco significativo.

Para simplificar o entendimento desta questão, é apresentado a seguinte Tabela, onde são expostos os valores de Imposto diferidos passivos da APS para o ano de 2012, antes da alteração em causa e aplicando a taxa de impostos diferidos.

Tabela 4.5: Impostos diferidos passivos, antes da alteração – valores de 2012

Impostos diferidos Passivos 2012	Saldo final
Subsídios para investimento	241.698.889
Bens Reversíveis	9.786.414
Total	251.485.303
Imposto diferido passivo (taxa 28,1%)	70.667.370

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

Como se pode observar, na empresa APS, antes da alteração em estudo, apenas os subsídios para investimento e os bens reversíveis geravam impostos diferidos passivos, sendo que a maior parcela pertencia aos subsídios.

Pela análise da Tabela 4.5 pode-se concluir que os impostos diferidos do ano de 2012, e tendo em conta uma taxa de 28,1%, iriam ser aproximadamente 70,7 milhões de euros.

Contudo a CNC decidiu alterar o registo dos subsídios relacionado com estes ativos e, conseqüentemente, os subsídios relacionados com ativos fixos depreciables e intangíveis, com vida útil definida, deixaram de reconhecer impostos diferidos, o que levou a um recalculo dos impostos diferidos e da rubrica de outros devedores.

Em seguida é apresentada a Tabela 4.7, onde, após a alteração, tendo em conta os valores de 2012 e a mesma taxa utilizada anteriormente, é feita a divisão da conta de impostos diferidos passivos e da conta de outros devedores. Atenta-se ao facto da totalidade dos subsídios para investimento na APS ser relacionado com ativos fixos tangíveis depreciables ou intangíveis com vida útil definida.

Tabela 4.6: Impostos diferidos passivos e rubrica de Outros devedores, após alteração – valores de 2012

Imposto diferidos Passivos 2012	Saldo final
Bens Reversíveis (Impostos Diferidos)	9.786.414
Total	9.786.414
Imposto diferido passivo (taxa 28,1%)	2.749.982
Outros Devedores 2012	Saldo final
Subsídios para investimento (Outros devedores)	241.698.889
Total	241.698.889
Regularizadas à taxa aplicável a ID (28,1%)	67.917.388

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012 – Administração do Porto de Sines, S.A.

Observa-se então que, a rubrica de impostos diferidos na APS, após a alteração vai conter somente os impostos diferidos gerados pelos bens reversíveis. Tendo em conta a



taxa aplicada ao ano de 2012 o valor de imposto diferido vai ser de aproximadamente 2,7 milhões de euros.

A rubrica de outros devedores que agora inclui o ajustamento feito nos subsídios para investimento, e tendo em conta a mesma taxa utilizada para os impostos diferidos, vai ascender a cerca de 68 milhões de euros.

Capítulo 5 – BALANÇO CRÍTICO DA ATIVIDADE REALIZADA

Depois de expostos os principais conhecimentos adquiridos e atividades realizadas, torna-se pertinente a realização de um balanço crítico.

O aluno teve a oportunidade de, na APS, estar inserido em duas das áreas da DFE, a área da Contabilidade e a área do Controlo Orçamental e Fundos Comunitários.

Como o estágio decorreu durante os primeiros meses do ano de 2013, mais precisamente de fevereiro a julho, em primeiro lugar, estudou-se o ano de 2012, acompanhando também algumas das atividades de encerramento do exercício. Como estas atividades são de extrema importância e responsabilidade, o estagiário somente observou a sua realização, sendo que, as julgou bastante importantes para um primeiro contacto com a empresa e a sua contabilidade, bem como para o primeiro contacto com o seu supervisor.

Dentro das atividades de encerramento de exercício foi, mais especificamente e, segundo o proposto pelo supervisor, feita uma análise detalhada dos bens reversíveis e do seu impacto para a empresa. Esta problemática suscitou, desde logo, algum interesse, pois aquando da chegada à empresa era um tema bastante falado e que foi discutido na primeira auditoria de 2013 por parte do ROC.

A primeira dificuldade encontrada foi a falta de informação sobre esta matéria, pois é um problema pouco usual no dia a dia das empresas. Tentou-se, assim, fazer a revisão bibliográfica mais completa possível sobre o assunto.

Em segundo lugar e tendo em conta as diferentes opiniões acerca desta matéria por parte dos profissionais da APS e por parte dos auditores, foi de extrema dificuldade a inteira compreensão sobre o tema e em particular os seus impactos para a entidade.

A análise sobre os bens reversíveis, seus registos contabilísticos e impactos para a APS, foram feitos sempre em consonância com o Dr. Vítor Cordeiro, o que, de certa forma, simplificou, quer o acesso à informação pretendida, quer a compreensão da matéria.

A temática acima evidenciada levou, com base na NCRF 4, à reexpressão das contas de 2011, permitido deste modo a comparabilidade para com o ano de 2012. Esta tarefa revelou ser de grande complexidade técnica, pois tiveram que se reexpressar valores para o passado, como se a alteração nunca tivesse acontecido. Contudo e, mais uma vez, sempre apoiado pelo supervisor, este foi um tema que, apesar da pouca informação disponível, foi interiorizado com facilidade e estudado com rigor.

Tendo em conta as diversas análises económico-financeiras feitas durante o período de estágio, quer em relatórios mensais/trimestrais de gestão, quer no apoio ao Relatório de Gestão e Contas de 2012, foi proposto pelo supervisor e posteriormente incluído no presente relatório, uma destas análises. A análise visa apontar os principais impactos nos indicadores da reexpressão das contas relativas ao ano de 2011, acima mencionada. Talvez por ter sido a atividade realizada com mais frequência durante o período de estágio, a análise económico-financeira foi o ponto que mais facilidade apresentou para o estagiário, quer em termos de revisão bibliográfica, que em termos da própria análise. Porém, este é considerado um ponto bastante importante, pois os indicadores económico-financeiros de uma empresa são o seu espelho financeiro.

Em seguida e mais uma vez sobre a alçada do supervisor, foram analisados os impactos da alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, contido na *FAQ* 13 que está disponível no sítio da internet da CNC. Tendo em conta a complexidade dos lançamentos realizados aquando do recebimento de um subsídio deste tipo, pode-se afirmar que, tendo a APS um grande valor de subsídios para o investimento, esta foi a temática estudada que mais dificuldades criou durante o período de estágio e durante a realização do presente relatório. Se, por um lado, a alteração se deu em abril de 2013, o que leva a que não haja muita informação disponível acerca da mesma, por outro, e como já foi dito, a complexidade dos lançamentos realizados antes

e depois da alteração, contribuíram para que este tema fosse, sem dúvida, aquele que mais trabalho deu ao estagiário, mas também que mais prazer deu ao desenvolver.

Em termos gerais pode-se afirmar que o maior problema na realização do relatório de estágio foi a sua, menos elaborada, revisão bibliográfica, pois considera-se que sendo um relatório de estágio e não uma dissertação tradicional, não haverá a necessidade de se ter uma revisão bibliográfica extensa.

Os aspetos mais positivos a ressaltar são, por um lado os aspetos profissionais, pois foi possível desenvolver bastantes competências a nível da contabilidade e análise financeira. O facto do trabalho exercido não se ter apenas focalizado num ou outro aspeto da contabilidade, foi preponderante para uma melhor perceção do exercício da atividade dos profissionais desta área. Por outro lado importa destacar os aspetos pessoais, pois foi possível desenvolver a capacidade de trabalho em equipa, a capacidade de adaptação e resolução de problemas, entre outros.

Capítulo 6 – CONCLUSÃO

A conclusão do Mestrado em Gestão Empresarial culminou com a realização do estágio curricular na APS, o que possibilitou a aplicação de alguns conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares, assim como a aquisição de novos conhecimentos, que só a prática consegue transmitir.

O ano de 2012 foi o melhor ano de sempre do Porto de Sines, crescendo, em termos gerais, cerca de 11% e, entrando assim, para o Top 25 dos maiores portos da Europa, tendo a generalidade dos terminais contribuído para este resultado.

Foi, portanto, gratificante estar inserido numa empresa como a APS, que com a ajuda de todos os seus funcionários tem sido um pólo dinamizador da região do Litoral Alentejano.

O estágio decorreu na DFE, sendo que as atividades realizadas tiveram incidência em duas áreas específicas: DFE/CO e DFE/OF.

Na área da contabilidade foram realizadas as atividades de registo, lançamento e arquivo de documentos, emissão de faturas, análise e verificação dos lançamentos de apuramento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e acompanhamento do fecho do mês. Ainda nesta área, foi proposto pelo supervisor, a análise dos bens reversíveis e seu registo contabilístico, uma pequena análise da reexpressão das contas relativas ao ano de 2011 e os impactos para a APS da alteração dos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis, com vida útil definida, decorrentes da alteração determinada pela CNC.

Foi, nestas últimas matérias e, em consonância com o proposto pelo Dr. Vitor Cordeiro, que se focalizou o desenvolvimento do relatório, pois são problemáticas pouco comuns no dia a dia das empresas. Por serem questões pouco conhecidas e estudadas, aliadas à sua complexidade técnica, tornaram o desafio proposto bastante aliciante.

Tendo por base o estudo dos bens reversíveis, pode concluir-se que, para além do aumento significativo nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Fixos Intangíveis, regista-se um acréscimo significativo no total do Balanço. Houve ainda um efeito positivo nos resultados brutos de 2012, que poderá aumentar com o registo de novos bens reversíveis nos próximos exercícios. A esses resultados são aplicados impostos diferidos passivos, o que permite observar um decréscimo pouco significativo no Resultado Líquido do período em causa, mas que, com a previsão de uma taxa de IRC inferior e com o contínuo investimento no desenvolvimento do porto e consequente aumento do registo de bens reversíveis, permite antever um acréscimo que se registará nos resultados líquidos da empresa nos próximos exercícios. Refira-se que o registo destes bens não afeta o resultado fiscal, pois de acordo com as regras fiscais em vigor à data do presente relatório, a tributação pelo registo dos bens apenas ocorrerá no exercício da reversão dos mesmos para a APS.

Com tudo isto e, tendo em conta a NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, por forma a permitir a comparabilidade das mesmas, procedeu-se à reexpressão das contas do ano de 2011, permitindo assim a comparabilidade para com o ano de 2012.

Foram realizados alguns trabalhos para o departamento do Controlo Orçamental e Fundos Comunitários, que se prenderam sobretudo pela produção de mapas de controlos de gastos e rendimentos, relatórios de gestão mensais e trimestrais, preenchimento de alguns formulários online, como é o caso do SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira) e do SOR (inquérito destinado ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação), e ainda pela ajuda na realização do Relatório de Gestão e Contas e Relatório de Sustentabilidade relativo ao exercício de 2012.

Foi com base nos conhecimentos adquiridos neste departamento e, com as diversas análises económico-financeiras feitas ao longo dos meses de estágio, que foi proposto ao estagiário o estudo comparativo entre os principais indicadores económico-financeiros, antes e depois da reexpressão das contas do ano de 2011.

As principais conclusões que é possível retirar da análise económico-financeira realizada são que a maioria dos rácios decresceu, sendo exemplo disso a Solvabilidade, a Liquidez, os indicadores de eficiência, a Autonomia Financeira e as Rendibilidades das Vendas, Capital Próprio e Ativo.

No que concerne aos registos relacionados com subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis, com vida útil definida, a alteração da forma dos contabilizar, promovida pela CNC, teve impactos pouco significativos. Assim, no primeiro parecer da CNC, de maio de 2010, o registo do subsídio era equiparado a rendimento no seu reconhecimento inicial, e a regularização passava por resultados, existindo assim a necessidade de se reconhecerem impostos diferidos. Com o novo parecer, de abril de 2013, o subsídio é reconhecido como rendimento durante a vida útil do investimento, logo o momento em que o subsídio é reconhecido como rendimento e o momento da sua tributação passam a coincidir, não havendo lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos. No entanto mantém-se a obrigação de retirar do capital próprio a parte estimada do imposto a pagar em exercícios futuros. A transferência que na versão anterior movimentava a conta de impostos diferidos passa a movimentar a conta de outros devedores.

Em conclusão, os impactos desta alteração para a Demonstração de Resultados são significativos, pois a APS conta com um grande volume de subsídios para investimentos e a regularização dos movimentos iniciais deixa de passar pela conta de resultados.

Em termos de Balanço, a alteração para a APS é pouco significativa, pois o valor que se reconhecia em impostos diferidos, é agora reconhecido na rubrica de outros devedores e o impacto no Resultado Líquido é pouco significativo tendo em conta o grande valor de Balanço apresentado pela empresa.

Especificamente, e tendo em conta as dificuldades já enumeradas, a maioria dos objetivos foram cumpridos e as expectativas alcançadas, pois o estagiário teve, em contexto de trabalho, a oportunidade de desenvolver alguns dos conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares.

Numa perspetiva geral, tendo em conta o curto espaço de tempo em que o estágio decorreu, o balanço também é positivo. O estágio ajudou a desenvolver competências específicas e ofereceu uma primeira oportunidade de contacto com o mercado de trabalho, onde foram, constantemente, colocados novos desafios que exigiram uma resposta adequada. Além de todas as competências técnicas adquiridas, foram reforçadas outras, como o sentido de responsabilidade, a ética profissional, a capacidade de adaptação e o desenvolvimento de uma maior autonomia e capacidade de resolução de problemas.

Em suma, considera-se que o estágio foi benéfico para o aluno, tanto no ponto de vista profissional como no ponto de vista pessoal.

Bibliografia

- Administração do Porto de Sines, S.A. (2012) *Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2012*. Sines. Milideias, comunicação visual, Lda
- Andekina, R., Rakhmetova R. (2013) Financial Analysis and Diagnostics of the Company, *Procedia Economics and Finance*, 5, 50-57. Disponível em: www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567113000087 (acedido em: 11/10/2013)
- Atkinson, A. A., Banker, R. B., Kaplan, R. S., Young, S. M. (2000) *Contabilidade Gerencial*, São Paulo, Atlas
- Brealey, R.A, Myers, S.C. (1998) *Princípios de finanças empresariais 5ª. Edição*. Portugal. McGraw-Hill
- Cravo, D. Batista, L. Pontes, S. Grenha, C. (2009) *SNC Comentado*, Alfragide, Texto Editores.
- Comissão de Normalização Contabilística. NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO 4 – POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS. Disponível em: www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/SNC_projecto/NCRF_04_pol_cont_erros.pdf (acedido em: 25/02/2013)
- Comissão de Normalização Contabilística. NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO 22 – CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DE APOIOS DO GOVERNO. Disponível em: www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/SNC_projecto/NCRF_22_subsidios_apoios_governo.pdf (acedido em 09/05/2013)
- Comissão de Normalização Contabilística (2010,2013). FAQ'S – QUESTÕES FREQUENTES - SETOR EMPRESARIAL. FAQ 13. Disponível em: www.cnc.min-financas.pt/faqs_empresarial.html (acedido em: 09/05/2013)

- Deloitte (2009), *O guia do SNC - Getting on the right track*, Disponível em: [www.deloitte.com/assets/Dcom-Portugal/Local%20Assets/Documents/SNC/pt\(pt\)_audit_sncaudit_10092010.pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Portugal/Local%20Assets/Documents/SNC/pt(pt)_audit_sncaudit_10092010.pdf) (acedido em: 20/03/2013)
- Ferreira, H., Cravo, D., Azevedo, G. (2012) EFEITO DA ADOÇÃO DA NCRF 6 “ATIVOS INTANGÍVEIS” DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA. *Revista Estudos do ISCA*. 3, 1-16. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/viewArticle/1337> (acedido em: 04/04/2013)
- Franco, P., Roque, P. (2010), o novo Sistema de Normalização Contabilística, *Revista OTOC*, EDIÇÃO ESPECIAL, 47-52
- Gomes, J., Pires, J. (2010) *SNC Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática* 3ª. Edição, Porto, Vida Económica
- Groppelli, A. A., Nikbakht, E. (1999) *Administração financeira* 3ª. Edição. São Paulo, Editora Saraiva
- Guimarães, J., (2001) Os Subsídios (POC e CIRC). *Revista OTOC*. 11, 28-37
- Jesus, J., Morais, A. (2010). Subsídios aos Investimento e Impostos Diferidos – Algumas Divergências de Opinião. *Revista Revisores e Auditores*, 51, 23-26
- Lérias, A. G. (2009) Aplicações das IFRS nas concessões de serviço público. *Revista OTOC*, 116, 33-40
- Mattos, C. Ribeiro, M. (2010) Extinção do Contrato de Concessão de Serviço Público. *Cadernos Colaborativos*. Disponível em: http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/RESUMO_2010.1_-_CAROLINE_MATTOS_E_MARIANA_RIBEIRO (acedido em: 20/06/2013)
- Monteiro, C., Almeida, F. (2011) Análise de Balanços e Estudos de Indicadores Económicos com Base nos Modelos SNC. Sebenta OTOC. Disponível em: http://conteudos.otoc.pt/2012/DIS2512/Sebenta_DIS2512.pdf (acedido em: 10/05/2013)

Oliveira, H., Sousa, B., Teixeira, A. (2010) O MODELO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC). *Revista Universo Contábil*, 6, 101-120

Otley, D. I., Henry, A. J. (1994) Case study research in management accounting and control. *Management Accounting Research*, 5, 45-65

Pires, A. (2009) Sistema de Normalização Contabilística do POC ao SNC. Lisboa. PublisherTeam. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/7195> (acedido em: 04/04/2013)

Roberts, J., Scapens, R. (1985) Accounting systems and systems of accountability – Understanding accounting practices in their organizational contexts. *Accounting Organizations and Society*, 10, 56-443

Rocha, A. F. (2012) A gestão e a concessão das áreas portuárias. *ICJP*. Disponível em: www.icjp.pt/sites/default/files/papers/a_gestao_e_a_concessao_das_areas_portuarias.pdf (acedido em: 05/06/2013)

Silva, A. C. P., Silva, E. P. (2011) *SNC Manual da Contabilidade 2ª*. Edição, Lisboa, Rei dos Livros

Silva, S. (2010) Sistema de Normalização Contabilística (SNC) SUBSÍDIOS DO GOVERNO. *PARTNER to PARTNER Consultores de Gestão, S.A.*. Disponível em: www.p2p.com.pt/files/Artigo-SNC_Subsidios-Governo.pdf (acedido em: 27/05/2013)

Soares, P.F. (2013) A desapropriação e os bens reversíveis. *Conteúdo Jurídico*. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44097&seo=1 (acedido em: 08/07/2013)

Torrão, E. A. T. (2010) Contratos de concessão: a IFRIC 12 como (r)evolução contabilística. *Revista Revisores e Auditores*, 48, 20-40

Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto

www.espo.be/

www.portodesines.pt/pls/portal/go

Anexos

Anexo 1: *FAQ* 13

» Pergunta 13: Os subsídios relacionados com ativos originam passivos por impostos diferidos?

Resposta (em 15ABR2013): Considerando que a forma de reconhecimento dos subsídios relacionados com ativos (em capital próprio) que foi acolhida no SNC se diferencia das normas internacionais de contabilidade, suscitando dificuldades de enquadramento em matéria de impostos diferidos e considerando que, no caso de subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, decidiu a CNC reanalisar a questão, e rever o seu entendimento, nos seguintes termos:

Quanto aos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida Reconhecimento de rendimentos e gastos

1. De acordo com o § 12 da NCRF 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.
2. Consequentemente: (i) a quantia escriturada daqueles ativos não é afetada pelo subsídio com eles relacionado; e (ii) o subsídio é reconhecido como rendimento, numa base sistemática, nas demonstrações dos resultados dos períodos necessários para balanceá-lo com os gastos relacionados.
3. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de aumento de ativos (meios líquidos ou contas a receber) que resulta em aumento do capital próprio (§ 12 da NCRF 22). Embora satisfaça, assim, a definição de rendimento (§ 69 da Estrutura Conceptual), não é incluído na demonstração dos resultados à data do registo inicial, mas apenas nas demonstrações dos resultados dos períodos subsequentes e necessários para balanceá-lo com os gastos relacionados (vidé, por referência, os §§ 79 e 106 da EC).
4. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstrações dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.
5. Significa isto que aquando do registo inicial do subsídio em capital próprio (como rendimento a reconhecer na demonstração dos resultados) haverá que registar, também, no capital próprio (como gasto a reconhecer na demonstração dos resultados) o ajustamento desse aumento de capital próprio, derivado do imposto que lhe está associado.

6. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado.

Reconhecimento de impostos diferidos

7. A quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo (vide § 5 da NCRF 25). Por conseguinte, não existe qualquer diferença temporária tributável (vide § 5 da NCRF 25) e, logo, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos (vide § 5 da NCRF 25).

Registos contabilísticos

8. Aconselha-se criar na conta 593 - Subsídios e doações as subcontas: 5931 - Subsídios atribuídos e 5932 - Ajustamentos em subsídios.
9. Os registos a efetuar, considerando, como exemplo, um subsídio de 10.000€, uma taxa de imposto de 30% e um período de 5 anos para depreciação do ativo, serão:

	11/12/278	5931	5932	278	7883
Registos iniciais	D 10.000	C 10.000	D 3.000	C 3.000	
Registos subsequentes		D 2.000			C 2.000
			C 600	D 600	

Quanto aos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida

Reconhecimento de rendimentos e gastos

10. De acordo com os §§ 12 e 16 da NCRF 22, os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade ou se requererem o cumprimento de alguma obrigação, caso em que serão reconhecidos como rendimento durante os períodos que suportam o custo de satisfazer tal obrigação.

11. Consequentemente: (i) a quantia escriturada daqueles ativos não é afetada pelo subsídio com eles relacionado; e (ii) o subsídio é reconhecido como rendimento nas demonstrações dos resultados dos períodos que suportam o custo de satisfazer tal obrigação, ou nos períodos em que se torne necessário compensar qualquer perda por imparidade.
12. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de aumento de ativos (meios líquidos ou contas a receber) que resulta em aumento do capital próprio (§ 12 da NCRF 22). Embora satisfaça, assim, a definição de rendimento (§ 69 da Estrutura Conceptual), não é incluído na demonstração dos resultados à data do registo inicial, mas apenas nas demonstrações dos resultados dos períodos subsequentes em que seja necessário para balanceá-lo com gastos relacionados (vidé, por referência, os §§ 79 e 106 da EC).
13. No período do reconhecimento inicial do subsídio e seguintes, há lugar ao reconhecimento de imposto nos termos do art.º 22.º do CIRC, independentemente de o subsídio ser reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados.
14. Significa isto que aquando do registo inicial do subsídio em capital próprio haverá que registar, também, no capital próprio (como gasto a reconhecer na demonstração dos resultados) o ajustamento desse aumento de capital próprio, derivado do imposto que lhe está associado.
15. Desta forma, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado.

Reconhecimento de impostos diferidos

16. Face ao referido no ponto 13., ocorrerá uma diferença temporária tributável sempre que o rendimento relevante para fins fiscais seja diferente do rendimento contabilístico. Assim, haverá lugar ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos.
17. Os registos a efetuar, considerando, como exemplo, um subsídio de 10.000€, uma taxa de imposto de 30% e um período de 10 anos para tributação do subsídio, serão:

	11/12/278	5931	5932	2742	7883
Registos iniciais	D 10.000	C 10.000	D 3.000	C 3.000	
Registos subsequentes					
		D(*)			C(*)
			C 300	D 300	

(*) Rendimentos, se for o caso

Resposta (em 26MAI2010): - A existência de subsídios atribuídos à entidade não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e também a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, nos seguintes termos:

- a) De acordo com o § 52 da NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, a contabilização dos efeitos de impostos correntes e diferidos de uma transação ou de outro acontecimento é consistente com a contabilização da transação ou do próprio acontecimento;
- b) Assim, sendo os itens creditados diretamente em capitais próprios (subsídios), o imposto diferido deve ser debitado diretamente em capital próprio, de acordo com o previsto no §55 da NCRF 25;
- c) Para determinar a quantia do passivo por imposto diferido referente ao subsídio registado na conta 593 - Subsídios, aplica-se a taxa ou taxas de IRC à quantia escriturada e regista-se a quantia daí resultante numa subconta da conta 593 – Subsídios (a designar, p. ex. como Impostos diferidos), por contrapartida da conta 2742 – Outras contas a receber e a pagar – Impostos diferidos - Passivos por impostos diferidos;
- d) Nos exercícios seguintes, à medida que se transfere a quota-parte dos subsídios para a conta 7883 - Outros rendimentos e ganhos – Outros - Imputação de subsídios para investimento, vai-se anulando o passivo por impostos diferidos correspondentes;
- e) Assim, debita-se a subconta 2742 e credita-se a conta 8122 – Resultado líquido do período – Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido, e simultaneamente transfere-se também o imposto diferido anulado da subconta da conta 593 (por crédito) para a conta 56 - Resultados transitados (por débito).

Quanto aos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, o tratamento dos impostos diferidos correlacionados é semelhante ao descrito anteriormente, com as nuances seguidamente enunciadas:

a) Para determinar a quantia do passivo por imposto diferido referente ao subsídio registado na conta 593 - Subsídios, aplica-se a taxa ou taxas de IRC à quantia escriturada e regista-se a quantia daí resultante numa subconta da conta 593 – Subsídios (a designar, p. ex. como Impostos diferidos), por contrapartida da conta 2742 – Outras contas a receber e a pagar – Impostos diferidos - Passivos por impostos diferidos;

b) Nos exercícios seguintes, e nos termos que se encontram definidos na alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do CIRC, debita-se a subconta 2742 e credita-se a conta 8122 – Resultado líquido do período – Imposto sobre o rendimento do período - Imposto diferido, e simultaneamente transfere-se também o imposto diferido anulado da subconta da conta 593 (por crédito) para a conta 56 - Resultados transitados (por débito).

Anexo 2: Reexpressão do Balanço

RUBRICAS	31-12-2011	Ajustamento	Balanço reexpresso
ATIVO			
Ativos não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	374.742.102		374.742.102
Ativos Fixos Tangíveis - Bens reversíveis		49.379.270	49.379.270
Propriedades de Investimento	77.860		77.860
Ativos intangíveis	952.185		952.185
Ativos Intangíveis - Bens reversíveis		7.921.156	7.921.156
Participações Financeiras - Outros Métodos	434.265		434.265
Ativos por impostos diferidos	639.560		639.560
	376.845.973	57.300.426	434.146.398
Ativo corrente			
Inventários	424.781		424.781
Clientes	7.184.193		7.184.193
Estado e outros entes públicos			0
Outras contas a receber	8.576.440		8.576.440
Diferimentos	555.808		555.808
Caixa e outros depósitos bancários	1.566.558		1.566.558
	18.307.780	0	18.307.780
Total do ativo	395.153.752	57.300.426	452.454.178
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	80.000.000		80.000.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500.000		4.500.000
Reservas legais	3.192.168		3.192.168
Reserva indisponível - Bens reversíveis		4.732.838	4.732.838
Outras reservas	41.577.132		41.577.132
Resultados Transitados	-1.617.116	2.080.803	463.687
Outras variações no capital próprio	175.315.193		175.315.193
Resultado líquido do período	8.370.662	-1.098.510	7.272.152
Total do capital próprio	311.338.039	5.715.131	317.053.169
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	2.505.306		2.505.306
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.721.301		2.721.301
Passivos por impostos diferidos	68.348.038	2.233.591	70.581.629
Bens reversíveis - Diferimentos		46.083.654	46.083.654
	73.574.645	48.317.245	121.891.890
Passivo Corrente			
Fornecedores	732.703		732.703
Estado e outros entes públicos	1.819.610		1.819.610
Outras contas a pagar	5.402.834		5.402.834
Diferimentos	2.285.921	3.268.050	5.553.971
	10.241.068	3.268.050	13.509.119
Total do passivo	83.815.714	51.585.295	135.401.009
Total do Capital Próprio e do Passivo	395.153.752	57.300.425	452.454.178

Anexo 3: Reexpressão da Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Reexpressa	31-12-2011	Ajustamento	Demonstr. Resultados reexpressa
Vendas e Serviços Prestados	30.897.127		30.897.127
Subsídios à exploração	6.296		6.296
CMVMC	-1.172.189		-1.172.189
Fornecimentos e Serviços Externos	-3.323.112		-3.323.112
Gastos c/Pessoal	-8.601.872		-8.601.872
Imparidade de Dividas a receber (perdas/reversões)	809		809
Provisões (aumentos/reduções)	-1.345.849		-1.345.849
Outros Rendimentos e Ganhos	7.489.428	2.825.575	10.315.003
Outros Gastos e Perdas	-1.507.803		-1.507.803
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	22.442.834	2.825.575	25.268.409
Gastos de depreciação e de amortização	-13.140.038	-1.459.383	-14.599.420
Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis	-340.563		-340.563
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.962.233	1.366.193	10.328.426
Juros e Rendimentos similares obtidos	218.379		218.379
Juros e custos similares suportados	-11.484		-11.484
Resultado antes de impostos	9.169.128	1.366.193	10.535.321
Imposto s/Rendimento do período	-798.466	-2.464.703	-3.263.169
Resultado Líquido do período	8.370.662	-1.098.510	7.272.152